



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Gestão

Especialização Contabilidade

Dissertação

**Estudo da relação entre o perfil do profissional e a qualidade da
informação contabilística na ótica dos Gestores das PME de Excelência
da Região Alentejo**

Elaborado por:

Cristiana Romão Mestre

Orientador:

Profª Doutora Ana Fialho

Évora

janeiro de 2013



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Gestão

Especialização Contabilidade

Dissertação

**Estudo da relação entre o perfil do profissional e a qualidade da
informação contabilística na ótica dos Gestores das PME de Excelência
da Região Alentejo**

Elaborado por:

Cristiana Romão Mestre

Orientador:

Profª Doutora Ana Fialho

Évora

janeiro de 2013

"...para se simpatizar com a contabilidade, é necessário conhecê-la primeiramente" (Jaime Lopes de Amorim, 1929)

Resumo

Estudo da relação entre o perfil do profissional e a qualidade da informação contabilística na ótica dos Gestores das PME de Excelência da Região Alentejo

Cada vez mais existe a necessidade de consciencializar as empresas da importância de produzirem uma informação contabilística credível, útil, fidedigna e acima de tudo transparente, ou seja, com qualidade. Esta qualidade da informação é importante na medida em que influencia as decisões e o dia a dia das empresas.

Em virtude do tipo de informação contabilística ser fruto de quem a elabora, o presente trabalho de investigação tem como objetivo averiguar se existe ou não relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação, na ótica dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da Região Alentejo.

Neste contexto, o estudo empírico tem por base as PME de Excelência da Região Alentejo, apuradas em dois rankings nacionais, sendo o inquérito o método escolhido para a recolha dos dados.

Os resultados obtidos mostram que a qualidade da informação contabilística é independente do perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação.

Palavras-chave: Qualidade da Informação Contabilística, PME e Utilizadores da Informação Contabilística.

Abstract

Study of the relation between the professional profile and the quality of accounting information from the managers' perspective of Excellence SMEs of the Alentejo Region

Increasingly there is a need to awareness the companies for the importance to produce a useful, reliable and transparent accounting information, ie, with quality. This quality of the information is important once that influences decisions and day-to-day business.

Due to the type of accounting information be the result of who prepares the present research aims to determine whether there is relationship between the quality of accounting information and profile of the professional responsible for preparing this information, in the view of managers and financial directors of Excellence SME of the Alentejo region.

In this context, the empirical study is based on Excellence SMEs of the Alentejo region, cleared in two national rankings, and the method chosen for data collection is survey.

The results show that the quality of accounting information is independent of the profile of the professional responsible for the preparation of such information.

Keywords: Quality of Accounting Information, SMEs and users of accounting information.

Agradecimentos

Um agradecimento especial à minha orientadora, a Prof^ª Doutora Ana Fialho, por toda a disponibilidade, atenção, paciência e conhecimentos transmitidos durante estes longos meses.

Ao Prof. Doutor Paulo Infante, pela sua disponibilidade e boa vontade em transmitir-me os seus conhecimentos.

À Prof^ª Doutora Andreia Dionísio, pela ajuda e disponibilidade no esclarecimento das minhas dúvidas.

À Universidade de Évora e a todos os professores e colegas que ao longo destes anos me proporcionaram novos conhecimentos e novas experiências que em muito contribuíram para o que sou hoje e que se reflete neste trabalho.

Um agradecimento sentido à minha amiga e Mestre Ana Dionísio, pela sua amizade e apoio nesta fase, incentivando-me a não desistir.

Aos meus pais, por todo o apoio, incentivo, força, carinho e amor, tendo sempre acreditado nas minhas capacidades.

Ao Pedro, por todo o apoio e compreensão.

ÍNDICE

Índice de Figuras	8
Índice de Quadros	9
Índice de Tabelas	10
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Enquadramento Geral da Investigação	11
1.2. O Problema, os Objetivos e as Hipóteses da Investigação	12
1.3. Motivações e Contributos	14
1.4. Metodologia de Investigação.....	14
1.5. Estrutura do Trabalho	16
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
2.1. O Processo de Harmonização Contabilística.....	17
2.1.1. A Nível Internacional	17
2.1.2. A Nível Europeu.....	20
2.2. Sistema Contabilístico Português	21
2.2.1. A Sua Evolução	21
2.2.2. O Quadro Normativo que sustenta a Contabilidade em Portugal.....	24
2.3. A Qualidade da Informação Contabilística	25
2.3.1. Conceito.....	25
2.3.2. Características Qualitativas da Informação Contabilística.....	28
2.3.3. Os Utilizadores da Informação Contabilística e as Suas Necessidades.....	34
2.4. Noção de Micro, Pequenas e Médias Empresas – PME.....	36
2.5. Utilidade da Informação Contabilística.....	38
CAPÍTULO III – REVISÃO DA LITERATURA	41
3.1. Adoção das NIC/NIRF do IASB e a qualidade da informação contabilística.....	43
3.2. A Contabilidade Criativa	45
3.3. Outros temas relacionados com a qualidade da informação contabilística	49
3.4. Estudos relacionados com os profissionais da contabilidade – TOC	50
3.5. Síntese da Revisão de Literatura	51
CAPÍTULO IV – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	54
4.1. Objetivos e Hipóteses	54
4.2. População e Amostra	55
4.3. Método de Recolha dos Dados	57

4.3.1 Estrutura do Questionário	58
4.3.2. Aplicação do Questionário	59
4.4. Métodos de Tratamento dos Dados	60
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
5.1. Descrição das Variáveis que integram a Base de Dados	63
5.2. Apresentação dos Resultados	65
5.2.1 Caracterização da Empresa.....	65
5.2.2 Informação Contabilística	72
5.2.3 Caracterização do profissional responsável pela contabilidade	76
5.2.4 A qualidade da informação contabilística	83
5.2.5. Hipóteses do Estudo	88
5.3. Discussão dos resultados	90
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	94
6.1. Conclusões e Contributos	94
6.2. Limitações	96
6.3. Sugestões para futuros trabalhos	98
BIBLIOGRAFIA	99
ANEXOS	105

Índice de Figuras

Figura 1. Características da informação contabilística.....	29
Figura 2. Distribuição das empresas por setor de atividade	66
Figura 3. Distribuição da amostra por Sub-Região do Alentejo.....	67
Figura 4. Densidade populacional por Local de residência.....	68
Figura 5. Número de empregados.....	70
Figura 6. Volume de negócios.....	71
Figura 7. Local onde se elabora a contabilidade	73
Figura 8. Grau de importância atribuído à informação contabilística	74
Figura 9. Cédula TOC	76
Figura 10. Anos de experiência do profissional na área da contabilidade	77
Figura 11. Área de licenciatura	80
Figura 12. Formação Complementar	80
Figura 13. Grau de Formação Complementar	81
Figura 14. Número de Formações da OTOC frequentadas anualmente.....	82
Figura 15. Erros contabilísticos cometidos no passado.....	83
Figura 16. Declarações Fiscais entregues fora do prazo	84
Figura 17. Disponibilização da informação contabilística para as entidades bancárias .	84
Figura 18. Comparabilidade da Informação Contabilística.....	85
Figura 19. Satisfação das Obrigações Fiscais.....	86
Figura 20. Aceder ao Crédito Bancário	86
Figura 21. Processo de tomada de decisão	87
Figura 22. Compreensão da informação contabilística	88

Índice de Quadros

Quadro 1. Convergência com as IFRS a nível mundial	19
Quadro 2. Correspondência entre a estrutura do questionário e os objetivos do estudo	59
Quadro 3. Descrição das Variáveis que integram a base de dados.....	63
Quadro 4. Teste Exato de Fisher aplicado às hipóteses do estudo	89

Índice de Tabelas

Tabela 1. Definição de PME.....	37
Tabela 2. População e Amostra	57
Tabela 3. Distribuição do setor de atividade por sub-região	68
Tabela 4. Distrito e Concelho da sede	69
Tabela 5. Número de empregados por setor de atividade.....	70
Tabela 6. Número de empregados por Sub-Região	71
Tabela 7. Número de empregos por Volume de negócios.....	72
Tabela 8. Importância da Informação Contabilística pelo Número de Empregados.....	75
Tabela 9. Importância da Informação Contabilística pelo Volume de Negócios.....	75
Tabela 10. Distribuição dos anos de experiência pelo local de execução da contabilidade	78
Tabela 11. Distribuição de Licenciatura por Cédula TOC	79
Tabela 12. Distribuição de Licenciatura por Anos de Experiência	79
Tabela 13. Distribuição da formação complementar pelos anos de experiência em contabilidade.....	81
Tabela 14. Informação Contabilística comparável no espaço	85

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento Geral da Investigação

Ao longo dos anos, a qualidade da informação contabilística tem vindo a assumir uma importância cada vez maior, na medida em que é com base nessa informação que os utilizadores tomam as suas decisões no dia a dia, o que acaba por influenciar o futuro das empresas. É do conhecimento geral a predominância das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME) no universo empresarial português, representando em 2008 cerca de 99,7% das sociedades do setor não financeiro, e em que as microempresas predominavam, atingindo cerca de 86% do total de PME (INE, 2010). Devido ao facto de não existir uma definição de PME universalmente reconhecida, os tipos de empresas normalmente são definidos em função dos efetivos de que dispõem, do seu volume de negócios e do seu balanço total anual. Deste modo, "segundo a Organização Internacional do Trabalho, não há uma definição única que possa englobar todos os aspetos de uma PME e as diferenças entre empresas, setores ou países com diferentes níveis de desenvolvimento" (UNCTAD, 2000).

Depois dos vários escândalos financeiros que ocorreram nos últimos anos relacionados com fraude, erros, omissões e distorções relativamente a várias empresas (Enron, Parmalat, Tyco, Xerox, Worldcom, Merck, etc.), a qualidade da informação contabilística tornou-se um tema preocupante a nível global, uma vez que todos esses fatores ameaçam a credibilidade e o prestígio das áreas de Contabilidade e Auditoria. Face a estes acontecimentos é essencial que as empresas produzam e divulguem uma informação contabilística dotada de qualidade, de modo a espelharem uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, o que só é possível com a aplicação correta das normas de contabilidade e de conhecimentos sólidos em várias áreas tais como Fiscalidade, Contabilidade, Finanças e Auditoria.

Assim, a informação contabilística para ser credível e útil aos seus utilizadores deve ter presente as quatro características qualitativas da informação: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade (SNC, 2009).

No que concerne à qualidade da informação contabilística, Barth et al. (2007) defendem que a adoção das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) está associada a uma maior qualidade da informação contabilística. Para Tua Pereda (2008), o processo de adoção das NIC também é vantajoso para todas as partes, salientando que "a normalização contabilística está a contribuir para elevar o nível da Contabilidade, o rigor e o interesse da informação financeira", em que o papel do Técnico Oficial de Contas (TOC) é fundamental (Silva, 2008).

Em virtude do tema central do presente estudo ser a qualidade da informação contabilística, pretende-se averiguar a opinião de um conjunto de utilizadores, mais especificamente os gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo, relativamente à relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação. Este trabalho de investigação irá assim centrar-se nas PME, mais concretamente da região Alentejo, uma vez que este tipo de empresas constitui quase a totalidade do universo empresarial português, contribuindo assim para fomentar o emprego e o crescimento da Economia.

1.2. O Problema, os Objetivos e as Hipóteses da Investigação

O problema de investigação centra-se na perceção que os utilizadores da informação contabilística têm da relação entre a qualidade da informação e o perfil do profissional responsável pela produção dessa informação.

O estudo desenvolvido é importante na medida em que o tecido empresarial português é constituído maioritariamente por PME, sendo o seu percurso afetado por variados fatores mas sem dúvida que a informação contabilística, mais concretamente a sua qualidade, é determinante para o sucesso dessas empresas, para o seu crescimento e para a Economia do país, são elas o seu motor, daí merecerem uma especial atenção.

O objetivo geral do trabalho consiste em averiguar se na perspetiva dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo existe relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação.

Tendo em conta o objetivo geral do estudo, definiram-se cinco hipóteses a testar, tendo por base cinco fatores diferenciadores no perfil do profissional da contabilidade:

H1: A qualidade da informação contabilística é independente da detenção da cédula profissional de TOC.

H2: A qualidade da informação contabilística é independente dos anos de experiência profissional.

H3: A qualidade da informação contabilística é independente da formação académica.

H4: A qualidade da informação contabilística é independente da formação complementar de nível superior.

H5: A qualidade da informação contabilística é independente da participação em ações de formação da OTOC.

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho segue as seguintes etapas:

- Breve resenha sobre o processo de harmonização contabilística internacional;
- A evolução do sistema contabilístico português;
- Definição de qualidade da informação contabilística;
- Averiguar a utilidade da informação contabilística como ferramenta de apoio à decisão.

Para atingir e complementar o objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

Objetivo 1: Caracterizar o perfil do profissional responsável pela elaboração da contabilidade nas PME de Excelência da região Alentejo;

Objetivo 2: Avaliar a importância atribuída à informação contabilística pelos gestores e diretores financeiros das PME;

Objetivo 3: Identificar qual a utilidade da informação contabilística para os gestores e diretores financeiros das PME.

1.3. Motivações e Contributos

A escolha do tema prende-se com a área de formação da mestranda e com a sua atividade profissional, Técnica Oficial de Contas, mas acima de tudo com o seu interesse em aprofundar conhecimentos e dar um contributo numa área ainda pouco explorada e tão controversa como a qualidade da informação contabilística. O estudo incide nas PME em virtude do tecido empresarial português ser constituído maioritariamente por este tipo de empresas, prevalecendo um interesse/curiosidade em torno da qualidade da informação contabilística das PME de Excelência da região Alentejo, uma vez que existem em número muito reduzido nos rankings nacionais utilizados neste estudo.

Encontraram-se estudos que focam a qualidade da informação contabilística, mas não na vertente dos profissionais responsáveis pela elaboração da contabilidade, assim o estudo em questão contribui para o enriquecimento do conhecimento ao nível de permitir saber quais são as características do perfil do profissional da contabilidade que se relacionam com a qualidade da informação contabilística produzida, na visão dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo, além de permitir verificar qual é o perfil tipo do profissional que produz a informação contabilística nestas empresas. Adicionalmente é um estudo que aborda o conceito de qualidade da informação contabilística e permite apurar qual a principal utilidade da informação contabilística na perspetiva dos profissionais da contabilidade.

Este estudo tem particular interesse para os profissionais e docentes da área, estudantes, gestores e diretores financeiros das PME de Excelência, sobretudo da região Alentejo, e restantes utilizadores da informação contabilística.

1.4. Metodologia de Investigação

A metodologia consiste no estudo dos métodos ou etapas que compõe determinado processo, ou seja, o estudo dos caminhos/estratégia para alcançar os objetivos traçados. Já o método é uma sequência de procedimentos/operações com vista a atingir determinado fim. Existem diferentes tipos de abordagens metodológicas consoante o tipo trabalho de investigação que se está a realizar.

No presente trabalho aplica-se uma metodologia mista com instrumentos qualitativos e quantitativos, que é a adequada ao objetivo global e específicos do trabalho de investigação que se pretende levar a cabo. Assim, a investigação que se vai empreender, metodologicamente, assentará numa primeira fase na pesquisa/revisão da bibliografia relevante que tenha sido produzida em redor do tema que constitui o objeto do presente estudo.

No mundo actual somos confrontados constantemente com uma grande quantidade de informação, que é preciso filtrar de modo a apurar a que é útil e fidedigna. É através dos dados e informação obtida que é possível responder ao problema, satisfazer os objetivos e testar as hipóteses com sucesso.

No que concerne ao processo de obtenção de informação este pode dividir-se em fontes e instrumentos/técnicas. Quanto às fontes de recolha de dados existem dois tipos: as primárias, que fornecem diretamente a informação obtida através de entrevistas e inquéritos, ou seja, em primeira mão sem estar trabalhada; e as secundárias, que fornecem informação já trabalhada por terceiros, ou seja, trata-se de informação proveniente da análise documental (Sousa e Baptista, 2011). No que toca às técnicas de recolha, existem vários tipos: o inquérito, a entrevista, a observação, a análise de documentos e a *Internet*.

Assim, para obter conclusões credíveis é necessário definir as fontes e as técnicas da recolha de dados que melhor se adaptam aos objetivos traçados. Em relação, ao presente trabalho as fontes de recolha são as fontes primárias, pois a informação que se obteve não está tratada. Em relação à técnica, o método de recolha dos dados é o inquérito por questionário. Por último, a análise dos dados será feita através do *software* estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 18, visto que a análise estatística dos dados consiste num método complementar do inquérito por questionário (Quivy e Campenhoudt, 2008).

É necessário fazer uma correta aplicação das fontes e das técnicas de modo a conseguir os melhores resultados, sendo estes os que satisfazem os objetivos e permitem testar as hipóteses.

1.5. Estrutura do Trabalho

O trabalho em questão está estruturado em seis capítulos. No presente Capítulo, Capítulo I – Introdução, é feito o enquadramento do tema, apresenta-se o problema de investigação e respetivos objetivos, os contributos e as motivações que conduziram ao estudo e a respetiva metodologia e estrutura. No Capítulo II – Enquadramento Teórico, é apresentado o suporte teórico que serve de base ao estudo, onde se aborda a harmonização contabilística internacional, a evolução do sistema contabilístico em Portugal, o conceito de qualidade da informação contabilística e a sua utilidade enquanto ferramenta de apoio à decisão, as características qualitativas da informação contabilística e seus respetivos utilizadores e um conceito sustentável de PME. No Capítulo III – Revisão de Literatura são apresentados e analisados os trabalhos considerados pertinentes sobre o tema, ou seja, abordam-se as várias áreas que estão relacionadas com a qualidade da informação contabilística. No Capítulo IV – Desenho da Investigação, são apresentados os objetivos e as hipóteses, os métodos e técnicas utilizados no estudo, que vão desde a recolha ao tratamento dos dados e a amostra apurada após a recolha dos questionários. No Capítulo V – Apresentação e Discussão dos Resultados, inicialmente foi construída uma base de dados em forma de tabela com as informações recolhidas dos questionários, tendo sido cada variável codificada de modo a facilitar o seu tratamento estatístico. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Por último, no Capítulo VI – Conclusões, apresentam-se as principais conclusões que decorrem, sustentadamente, do trabalho de investigação, tal como algumas limitações e sugestões para futuros trabalhos.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento teórico do tema, focam-se todos os aspetos relacionados com a evolução do sistema contabilístico em Portugal e o processo de harmonização contabilístico internacional. Prossegue-se com um enquadramento do conceito de qualidade da informação contabilística e tenta-se perceber a utilidade dessa informação enquanto ferramenta de apoio à decisão.

2.1. O Processo de Harmonização Contabilística

2.1.1. A Nível Internacional

O conceito de globalização e flexibilização dos mercados trouxe uma necessidade de convergência a nível internacional em que o objetivo é minimizar as diferenças entre as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e os *Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP). De acordo com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB)¹, este conceito surgiu por volta de 1950, no período pós II Guerra Mundial em virtude do desenvolvimento económico.

A convergência contabilística internacional tem como função reduzir as diferenças entre as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as normas contabilísticas de países que mantêm os seus próprios princípios contabilísticos, em virtude da diversidade de práticas contabilísticas dos diferentes países, seja por razões políticas ou interesses económicos (Ball, 2006 e Fialho et al., 2007).

Também Zeff (2007) refere que o IASB e o FASB utilizam regularmente o termo convergência, o que significa um aumento da compatibilidade das suas respetivas normas de elevada qualidade, tendo sido feito um acordo e um memorando entre estes dois organismos nesse sentido². Contudo, são vários os fatores que podem interferir na

¹ <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176156304264&pid=1176156245663>

² Para uma análise mais aprofundada ver *Acordo Norwalk* de 2002 e o Memorando de Entendimento (*MoU*) elaborado em 2006.

convergência, entre eles problemas de linguagem, problemas de interpretação, problemas de terminologia e o ambiente político de cada país (Zeff, 2007).

Deste modo a emissão das normas internacionais de contabilidade está a cargo de dois organismos privados, o FASB e o IASB.

O FASB foi criado em 1973 e é um organismo privado com o intuito de criar e melhorar as normas de contabilidade que regem a elaboração das demonstrações financeiras para entidades não-governamentais.

O IASB é um organismo privado com sede em Londres, constituído em 1973 com o nome de *International Accounting Standards Committee* (IASC) e é responsável por emitir e atualizar as Normas Internacionais de Contabilidade – *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS), procurando alcançar a Harmonização Contabilística a nível internacional.

Na prossecução deste objetivo, o IASB trabalha em estreita cooperação com os *stakeholders* em todo o mundo, ou seja, as partes interessadas, incluindo investidores, reguladores, auditores, académicos e outras pessoas que têm interesse no desenvolvimento de normas globais de alta qualidade (IASB).

Desde 2002, que o FASB e o IASB têm vindo a colaborar conjuntamente na elaboração de normas de contabilidade com o intuito de diminuir e eliminar as diferenças existentes entre os GAAP dos EUA e as IFRS. Para tal, já emitiram dois documentos, o *Acordo Norwalk* em 2002 e o Memorando de Entendimento (MoU) em 2006, tendo sido posteriormente atualizado em 2008. Em 2009, ambos os organismos reafirmaram o seu compromisso em intensificar esforços de modo a completarem todos os projetos conjuntos descritos no Memorando de Entendimento, de modo a atingirem a convergência global. Estes esforços no sentido da convergência global também são apoiados pelo Grupo dos 20 (G20). Nos últimos anos, a tendência dos países tem sido adotar diretamente as IFRS ou fazer a convergência gradual dos princípios contabilísticos locais, GAAP, para o novo padrão (Deloitte, 2011), conforme se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1. Convergência com as IFRS a nível mundial

País	Situação para as empresas cotadas a partir de dezembro de 2011
Argentina	Obrigatório para os anos fiscais com início em ou após 1 de janeiro de 2012
Austrália	Obrigatório para as empresas do setor privado, constituindo a base do setor público desde 2005
Brasil	Obrigatório para as demonstrações financeiras consolidadas dos bancos e empresas cotadas a partir de 31 de dezembro de 2010 e para as contas individuais progressivamente desde janeiro de 2008
Canadá	Obrigatório a partir de 1 janeiro de 2011 para todas as empresas cotadas e permitido para empresas do setor privado, incluindo organizações sem fins lucrativos
China	Convergem substancialmente com as normas nacionais
Países da União Europeia	Todos os Estados membros da UE são obrigados a adotar o IFRS para as empresas cotadas desde 2005
Índia	Processo de convergência em curso, a data prevista da convergência total será confirmada posteriormente
Indonésia	Processo de convergência em curso, a data prevista para a plena conformidade com as IFRS deverá ser em 2012
Japão	Permitidas a partir de 2010 para determinadas empresas internacionais; espera-se decisão sobre a adoção obrigatória até 2016, que deverá ser dada em 2012
México	Obrigatório a partir de 2012
República da Coreia	Obrigatório a partir de 2011
Rússia	Obrigatório a partir de 2012
Arábia Saudita	Obrigatório para as empresas bancárias e de seguros. Convergência total com as IFRS encontra-se atualmente em estudo.
África do Sul	Obrigatório para todas as empresas cotadas desde 2005
Turquia	Obrigatório para todas as empresas cotadas desde 2005
Estados Unidos	Permitidas para as empresas estrangeiras nos EUA desde 2007, data-alvo para a convergência total é 2011 e decisão sobre eventual adoção por empresas norte-americanas previstas igualmente para 2011.

Fonte: <http://www.ifrs.org/Use+around+the+world/Use+around+the+world.htm> (acesso 05/03/2012)³

As IFRS foram desenvolvidas de modo a colmatar as necessidades dos mercados de capitais, uma vez que a diversidade de práticas contabilísticas dos variados países não permitia a comparabilidade nem o relato financeiro desejado, o que comprometia as decisões de investimento e financiamento.

³ Esta tabela refere-se apenas às empresas cotadas, não constituindo uma lista oficial uma vez que a informação foi obtida através de organismos dos próprios países ou informação divulgada publicamente.

No que toca à utilização das IFRS por parte das PME, em janeiro de 2011⁴, 73 países já tinham adotado ou tinham planos de fazê-lo a nível internacional, entre os quais África do Sul, Venezuela, Chile, Peru, Brasil, Argentina, Turquia, Hong Kong, Suíça, Reino Unido, Canadá, Dinamarca, Irlanda, Estados Unidos, entre outros.

O ISAR⁵, tal como o normativo em Portugal, apresenta três níveis de normalização contabilística, nível I – empresas cotadas em bolsa, nível II – PME de dimensão considerável e nível III – microentidades; enquanto o IASB contempla apenas dois, deixando as microentidades de fora do processo de harmonização contabilística.

2.1.2. A Nível Europeu

A adoção das IAS/IFRS na União Europeia (UE) resultou da aprovação do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho, de 19 de julho de 2002, cujas empresas cujos títulos fossem negociados publicamente passariam a aplicar as normais internacionais de contabilidade na preparação e divulgação das suas demonstrações financeiras, a partir do exercício de 2005, de modo a reforçar a comparabilidade entre as informações divulgadas pelos mercados de capitais.

As normais internacionais de contabilidade foram adotadas pelos Estados Membros da UE relativamente às empresas cotadas em bolsa, ficando por definir a situação das empresas não cotadas, quer no que toca às contas consolidadas quer no que toca às contas individuais.

Em julho de 2009, o IASB publicou a IFRS destinada às PME, fruto de trabalho desenvolvido ao longo de cinco anos em que se inquiriram PME da Europa e do resto do mundo. O objetivo deste projeto consiste em desenvolver uma IFRS expressamente concebida para satisfazer as necessidades de relato financeiro das entidades que (a) não têm responsabilidade pública e (b) publicam demonstrações financeiras de finalidades gerais para utilizadores externos. Exemplos de tais utilizadores externos incluem os

⁴ Segundo os dados da Deloitte (2011).

⁵ Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos sobre Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios.

proprietários que não estão envolvidos na gestão do negócio, os credores existentes e potenciais, e as agências de notação de crédito (IASB⁶).

Este referencial contabilístico destinado às PME foi desenvolvido tendo por base os conceitos e princípios do IASB. O IFRS para PME é independente do conjunto IFRS e adaptada a empresas de menores dimensões, sendo de fácil compreensão em qualquer país do mundo (Deloitte, 2011). Igualmente tem por base as necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras das PME e de custo-benefício. De acordo com o IASB⁷, estima-se que as PME representam mais de 95% de todas as empresas nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Segundo as atualizações da Deloitte⁸, as IFRS na UE são permitidas para as contas consolidadas e individuais em Portugal, República Checa, Itália, Dinamarca, Estónia, Bulgária, Holanda, Reino Unido, Eslovénia, Malta, Luxemburgo Lituânia, Irlanda, Hungria, Grécia, Alemanha e Finlândia. O único país onde são totalmente proibidas é na Letónia.

2.2. Sistema Contabilístico Português

2.2.1. A Sua Evolução

O sistema contabilístico tem sofrido grandes alterações nas últimas três décadas. O Plano Oficial de Contabilidade (POC) e a sua legislação complementar foram revogados pela entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo este um normativo que está de acordo com as normas contabilísticas europeias. Este normativo tem em conta as diferentes necessidades de relato financeiro das empresas portuguesas. A sua criação tornou-se necessária uma vez que existia urgência em acompanhar a harmonização contabilística a nível Europeu, deste modo segundo Viana citado por Amorim (2010, p.88), foram duas as razões que justificaram a adoção do SNC, "a dificuldade de o Plano Oficial de Contabilidade acompanhar, do ponto de vista

⁶ <http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/histroy/Pages/History.aspx>

⁷ <http://www.ifrs.org/IFRS+for+SMEs/histroy/History.htm>

⁸ Disponíveis em: <http://www.iasplus.com/country/useias.htm>

contabilístico, os progressos da atividade económica e a integração de Portugal na União Europeia".

O POC entrou em vigor através da publicação Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, através do qual foi também criada a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) para acompanhamento e atualização do POC. A CNC é o organismo responsável pela emissão das normas e procedimentos contabilísticos em Portugal. O POC ao longo dos anos foi sofrendo várias alterações, em parte devido à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, pelo que teve que ser ajustado à Quarta Diretiva, Diretiva nº 78/660/CEE. Foi então publicado o Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, que implementou melhorias no POC e o Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho, onde foram publicadas as normas relativas à consolidação de contas, em consonância com a Sétima Diretiva, Diretiva nº 83/349/CEE, que trouxeram novos ajustamentos ao POC de 1989. Posteriormente, outras alterações ao POC foram introduzidas: Decreto-Lei nº 44/99, de 12 de fevereiro, com a introdução da Demonstração de Resultados por Funções e o Sistema de Inventário Permanente; Decreto-Lei nº 79/2003, de 23 de abril, face aos procedimentos de aplicação do justo valor em consonância com a Diretiva nº 2001/65/CE.

Assim, a partir do exercício de 2005, com base na publicação do Decreto-Lei nº35/2005 de 17 de fevereiro de 2005, criou-se a obrigatoriedade para as entidades com valores mobiliários cotados em bolsa elaborarem e apresentarem as suas contas com base nas IAS/IFRS, em virtude das crescentes necessidades a nível de relato financeiro que os mercados financeiros e económicos têm vindo a sofrer nos últimos anos, face à sua globalização e onde proliferam as internacionalizações (fusões e aquisições) de empresas. A adoção das Normas seria opcional para as restantes entidades, desde que as suas demonstrações financeiras fossem objeto de certificação legal de contas.

Deste modo, a reforma contabilística portuguesa deu-se com a aprovação do SNC, pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que revogou o POC e legislação complementar. O SNC entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010 e contempla quatro níveis de normalização (entidades cotadas em bolsa, entidades que não sejam Pequenas Entidades (PE), Pequenas Entidades e Micro Entidades). É um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas, que garante a compatibilidade com as Diretivas

Contabilísticas Comunitárias e está em sintonia com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e adotadas na UE, através do Regulamento (CE) nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

Atende ainda às diferentes necessidades de relato financeiro, de acordo com o tecido empresarial, onde se enquadram as Micro, Pequenas e Médias empresas (PME).

Contudo, este novo normativo não é de aplicação geral, conforme se encontra estabelecido nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei citado anteriormente, ou seja, não se aplica às entidades que aplicam as normas internacionais de contabilidade, seja por obrigação ou opção, nem às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Deste modo, conforme o art.º 3º, o SNC é obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades: a) Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais; b) Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial; c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; d) Empresas públicas; e) Cooperativas; f) Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Ficam dispensadas, de acordo com o art.º 10º, as pessoas que exercendo a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios superior a € 150 000.

Costa citado por Amorim (2010, p.298) refere que "o SNC provoca importantes alterações no elenco das fontes de direito contabilístico, que passam a ser compostas por um decreto-lei, várias portarias e um conjunto de avisos."

Uma vez que o SNC não retratava a realidade das microentidades, constituindo estas grande parte do tecido empresarial português, o Decreto-Lei n.º 36º-A/2011, de 9 de março aprovou o regime de normalização contabilística para as microentidades (NCM), permitindo assim reduzir a carga administrativa suportada por estas entidades, ao mesmo tempo que assegura aos utilizadores das demonstrações financeiras uma informação adequada.

A introdução do SNC originou uma profunda alteração também ao nível de IRC, que ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, como já foi referido.

2.2.2. O Quadro Normativo que sustenta a Contabilidade em Portugal

Relativamente ao SNC, enquanto o Decreto-Lei estabelece o regime jurídico, as Portarias e os Avisos consubstanciam o suporte técnico-contabilístico (Oliveira et al. citado por Amorim (2010)). E são eles:

- **Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho** – Aprovação e Estrutura do SNC.
- **Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro** – Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).
- **Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro** – Código de Contas (CC).
- **Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro** – Estrutura conceptual (EC).
- **Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro** – Normas Interpretativas (NI).
- **Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).
- **Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro** – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

É ainda complementado pelos seguintes diplomas, que embora não integrem propriamente o SNC, regulam matérias que se relacionam:

- **Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho** – Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).
- **Decreto-Lei n.º 160/2009, de 13 de julho** – Aprovação do regime jurídico de organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e revogação do Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto** – Alteração ao art.º 32.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

- **Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro** – Aprovação de um novo enquadramento jurídico em matéria de depreciações e amortizações.
- **Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho**, do Parlamento Europeu e do Conselho – Adoção na União Europeia das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em relação às microentidades, as suas fontes são as seguintes:

- **Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro** – Regime especial para microentidades.
- **Decreto-Lei n.º 36º-A/2011, de 9 de março** – Aprovação do regime de normalização contabilística para as microentidades (NCM).
- **Portaria n.º 104/2011, de 14 de março** – Aprovação dos modelos das demonstrações financeiras para microentidades.
- **Portaria n.º 107/2011, de 14 de março** – Aprovação do Código de Contas para microentidades.
- **Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de março** – Publicação da Norma Contabilística para microentidades.

2.3. A Qualidade da Informação Contabilística

2.3.1. Conceito

O conceito de qualidade da contabilidade é vago, ambíguo e polémico sendo difícil de definir e de medir, não existindo uma definição única (Penman, 2002; Morais e Curto, 2008; Deaconu et al., 2008; Hribar et al., 2010; Khanagha, 2011). O facto de existir ou não qualidade na informação contabilística não é neutro mas sim fruto de juízos de valor dos seus diversos utilizadores, dependendo das necessidades, perspetivas e expectativas da pessoa que está a avaliar essa potencial qualidade.

No que concerne à informação contabilística, *qualidade* passou a ser um conceito chave no processo de harmonização, num mundo marcado cada vez mais pela globalização (Grima et al., 2004). Uma qualidade elevada permite melhorar o grau de comparabilidade e transparência, assegurando a qualidade das demonstrações financeiras.

Segundo Zeff (2007), a comparabilidade é um conceito difícil de entender e definir sobretudo a nível global, pois de um lado estão aqueles que argumentam que para existir comparabilidade as empresas devem usar os mesmos métodos de contabilidade, ou seja, normalização dos métodos, enquanto do outro lado estão aqueles que defendem que devem existir várias opções de acordo com as características das empresas. A comparabilidade pode ser influenciada essencialmente por motivos culturais, tais como a cultura empresarial e financeira de cada país, a cultura da contabilidade, a cultura da auditoria e a cultura reguladora.

Zeff (2007) também refere que o IASB e o FASB utilizam regularmente o termo convergência, o que significa um aumento da compatibilidade das suas respetivas normas de elevada qualidade, tendo sido feito um acordo e um memorando entre estes dois organismos nesse sentido⁹.

Depois dos vários escândalos financeiros que ocorreram nos últimos anos relacionados com a fraude contabilística (Enron, Parmalat, Tyco, Xerox, Worldcom, Merck, etc.), a qualidade da informação contabilística tem sido uma das principais preocupações dos organismos emissores de normas, IASB e FASB, uma vez que ameaça a credibilidade e o prestígio das áreas de Contabilidade e Auditoria.

De acordo com Ball (2006), o IASB fez extraordinariamente bem o seu trabalho, uma vez que desenvolveu um conjunto de normas que exige das empresas, uma informação contabilística com qualidade elevada, transparente e comparável. Em alguns estudos, verificou-se que a adoção das normas internacionais de contabilidade está associada a uma maior qualidade da informação contabilística em detrimento da redução da manipulação dos resultados (Barth et al., 2007 e Morais e Curto, 2008).

Para Bernstein (1992), a qualidade da contabilidade consiste em " (...) retratar o mais realista possível a apresentação da posição financeira de uma empresa e dos resultados das operações."

⁹ Para uma análise mais aprofundada ver *Acordo Norwalk* de 2002 e o Memorando de Entendimento (*MoU*) elaborado em 2006.

Hribar et al. (2010), referem que adotam uma definição ampla de qualidade da informação contabilística, sendo muito semelhante à definição dada por Dechow e Schrand (2004), que se passa a citar: Qualidade da informação contabilística consiste na precisão com que as demonstrações financeiras refletem o atual desempenho operacional da empresa, sendo útil na previsão do desempenho futuro, e ajuda a avaliar o valor da empresa. Esta definição realça características como a transparência, representação fidedigna e utilidade na decisão (Hribar et al., 2010).

O termo precisão é igualmente destacado por Biddle et al. (2009, p.3), que definem qualidade da informação contabilística como "a precisão com que as demonstrações financeiras transmitem informações sobre as operações da empresa, em particular os seus fluxos de caixa esperados, a fim de informar os investidores de capital." Penman (2002), igualmente destaca os investidores como os principais utilizadores da informação contabilística, na medida em que a qualidade da informação contabilística se baseia na sua utilidade para os investidores satisfazerem os seus interesses.

Deste modo, Levitt (1998) refere que não se pode sacrificar a qualidade, pois os investidores sentem-se mais confortáveis em investir quando estão confiantes que as demonstrações financeiras não escondem nada, que consistem numa representação fidedigna da realidade. As empresas com uma maior qualidade de relato financeiro são menos suscetíveis de se desviarem do seu nível previsto de investimento (Biddle et al., 2009). É importante assegurar aos investidores que a informação contabilística disponibilizada é verdadeira, transparente, completa e clara (Fernandes, 2007). Se a informação contabilística não corresponder à realidade não terá qualquer valor (Lopes de Sá, 1998).

Já Bernstein (1992) refere que um fator que interfere na qualidade da informação contabilística são as previsões, principalmente quando as previsões dos resultados são exageradamente otimistas e depois originam demonstrações financeiras enganosas. O mesmo autor (1992) salienta ainda que *só previsões realistas, baseadas em juízos imparciais enraizados na realidade empresarial e conhecimento da indústria conduzirá a uma informação contabilística de elevada qualidade.*

A falta de transparência da informação contabilística dificulta o acesso ao crédito e diminui a competitividade das empresas, na medida em que não dispõem da informação correta para gerir eficazmente (UNCTAD, 2000).

Pode-se então dizer que a qualidade da informação contabilística é determinada pelas características que apresenta. No entanto, a informação contabilística não basta ser compreendida, mas também deve ser transmitida com confiança a todos os utilizadores (Lopes de Sá, 1998). Uma vez que o valor e a qualidade da informação contabilística são determinados pela maneira como ela atende às necessidades dos utilizadores (Deaconu et al., 2010 e Khanagha, 2011).

2.3.2. Características Qualitativas da Informação Contabilística

As características qualitativas da informação contabilística embora devam ser estáveis não são imutáveis, podem alterar-se consoante o meio que nos rodeia (FASB, 1980). Fatores como estudos científicos, ambiente político, desenvolvimento económico e legal podem conduzir a alterações de conceitos e procedimentos ou aparecimento de novos, pelo que a informação contabilística deve ser alterada sempre que se justifique.

Em 1980, o FASB publicou o *Statement of Financial Accounting Concepts N.º 2 Qualitative Characteristics of Accounting Information*, onde analisa as características que a informação contabilística deve possuir para ser útil aos seus utilizadores.

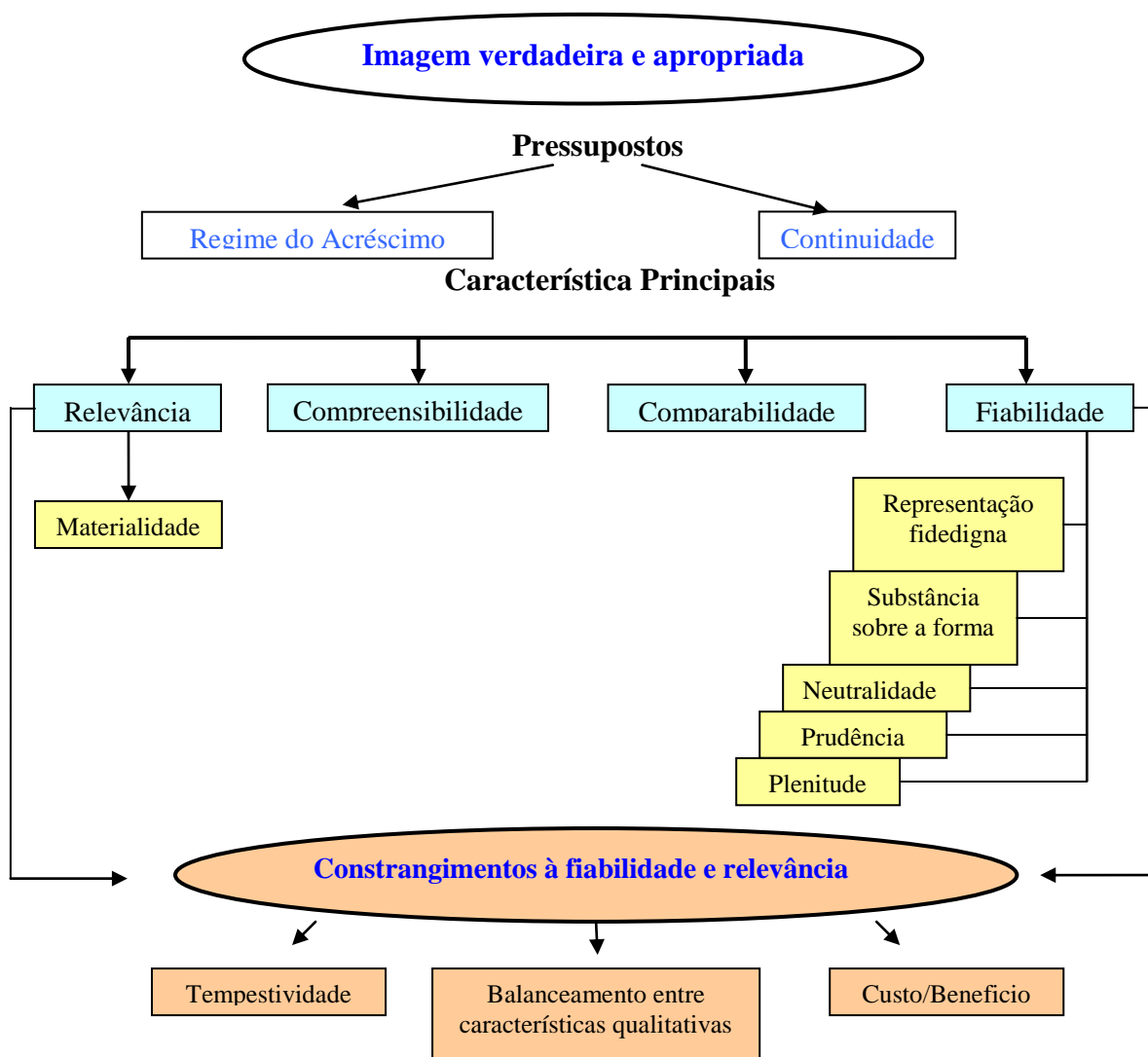
Em 1989, foi a vez do IASB publicar o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, onde expõe os conceitos que fundamentam a preparação e divulgação da informação contabilística tal como as características que deve possuir de modo a transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.

Em relação a Portugal, onde vigora atualmente o SNC, a alusão aos pressupostos subjacentes (§22 e 23) e às características qualitativas das demonstrações financeiras (§24 a 46) encontram-se na sua respetiva Estrutura conceptual. De acordo com o § 24 da Estrutura conceptual (EC) do SNC (2009):

"As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos seus utentes. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade."

De acordo com a Figura 1, para que as demonstrações financeiras apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da empresa devem obedecer aos pressupostos subjacentes à sua preparação e satisfazer as características qualitativas pelas quais se pauta a preparação das demonstrações financeiras. Contudo, existem vários constrangimentos que podem condicionar a qualidade da informação divulgada nas demonstrações financeiras e que por vezes conduz a escolhas, em caso de conflito.

Figura 1. Características da informação contabilística



Fonte: Adaptado de Fernandes (2008)

Irá agora proceder-se a uma análise mais detalhada em relação aos pressupostos, características e constrangimentos da informação contabilística presentes na Figura 1. São dois os pressupostos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras, o regime do acréscimo e a continuidade. Quer isto dizer que as operações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não quando o recebimento ou pagamento é efetuado. De igual modo presume-se que as entidades operam continuamente e que assim continuarão no futuro.

No que toca às características qualitativas da informação contabilística, analisam-se individualmente em seguida:

Relevância

Para ter utilidade na tomada de decisão dos seus utilizadores, a informação tem de ser relevante. Uma informação relevante deve ser capaz de fazer a diferença na tomada de decisão, ajudar a fazer previsões e a corrigir ou confirmar expectativas. A informação tem assim duas funções que se complementam, a função preditiva e a confirmatória. As previsões devem assentar em resultados fidedignos obtidos no passado, de modo a melhorar ou confirmar as decisões do futuro.

"Without a knowledge of the past, the basis for a prediction will usually be lacking. Without an interest in the future, knowledge of the past is sterile." (FASB, 1980)

A relevância da informação é afetada pela natureza e **materialidade**, que se traduz na influência ou diferença que a divulgação dessa informação pode fazer na tomada de decisão. A materialidade prende-se com o facto de saber se determinado item consegue ou não influenciar a decisão, tudo depende da natureza do item se é material ou não. A materialidade é relativa, varia de empresa para empresa. Um item é considerado material se a sua omissão alterar ou influenciar as decisões dos utilizadores.

Fiabilidade

A informação contabilística deve ser sempre fiável. Para ser fiável, a informação deve ser livre de preconceitos, de juízos de valor e de erros materiais. A fiabilidade consiste em representar fidedignamente o que se pretende representar.

Para a informação ser fiável deve possuir os seguintes atributos:

Representação fidedigna: a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que pretende representar ou que possa razoavelmente esperar-se que represente.

Substância sobre a forma: Não se deve atender apenas à forma legal aquando da representação fidedigna dos acontecimentos contabilizados mas também à sua situação económica e substância.

Neutralidade: a informação apresentada nas demonstrações financeiras deve ser neutra, ou seja, livre de preconceitos, juízos de valor e erros materiais. A informação que não é neutra acaba por perder credibilidade.

Prudência: deve existir prudência na elaboração das demonstrações financeiras quando surgem situações de incerteza em relação a acontecimentos ou determinadas circunstâncias. Ao fazerem-se as estimativas necessárias nestas condições de incerteza é preciso alguma atenção de modo a não se sobreavaliarem os ativos ou rendimentos nem subavaliarem os passivos ou gastos.

Plenitude: este atributo indica que a informação deve ser completa dentro dos limites da materialidade e do custo, deve ser credível e homogénea no seu todo.

Comparabilidade

Esta característica confere aos utilizadores a capacidade de serem capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade através do tempo e igualmente

devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades, a fim de avaliar de forma relativa a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira.

A comparação das demonstrações financeiras de uma entidade no tempo, pela análise da informação dos períodos subsequentes, permite avaliar o rumo que a entidade está a seguir e fazer previsões futuras.

O uso da comparação entre diferentes entidades tem como objetivo detetar e analisar as diferenças e semelhanças encontradas. Contudo, importa referir que para comparar é necessário ter a mesma base de comparação, elaborar as demonstrações financeiras em consonância com as NCRF e divulgar as políticas contabilísticas usadas.

De acordo com o FASB (1980, § 115), *"Comparability is the quality or state of having certain characteristics in common, and comparison is normally a quantitative assessment of the common characteristic."*

Compreensibilidade

A informação divulgada nas demonstrações financeiras deve ser compreensível aos seus utilizadores, de modo a poderem utilizá-la caso contrário a informação não pode ser útil a uma pessoa que não a consegue compreender, embora possa ser relevante para determinada situação. Parte-se do pressuposto que os utilizadores têm um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas desenvolvidas pelas empresas tal como da sua contabilidade (§ 25, SNC). A vontade de estudar e compreender a informação também deve ser uma preocupação dos utilizadores, Sherman e Young (2001), designam-na por "alfabetização financeira", que consiste na capacidade de ler, analisar e compreender a informação contidas nas demonstrações financeiras. Só após a sua compreensão, a informação poderá ter utilidade aos seus utilizadores.

Uma vez analisadas as características qualitativas, incide-se agora sobre os constrangimentos que condicionam a fiabilidade e relevância da informação contabilística, sendo eles:

Tempestividade

Para ser relevante a informação deve ser divulgada em tempo oportuno, caso contrário perde a sua utilidade.

A tempestividade não pode tornar as informações relevantes, mas a falta de tempestividade pode retirar a utilidade a informações relevantes.

Balanceamento entre benefício e custo

Para a informação ser útil e valer a pena, os benefícios proporcionados pela informação devem exceder o custo da sua preparação. Esta avaliação é fruto de juízos pessoais, uma vez que o custo de produzir a informação está ligado a quem a produz, enquanto os benefícios estão ligados a quem a utiliza.

Balanceamento entre características qualitativas

Muitas vezes é necessário fazer um balanceamento das características qualitativas, sendo este fruto de julgamento profissional, de modo a atender aos objetivos a que as demonstrações financeiras visam satisfazer.

Qual será a característica mais importante? Não há uma hierarquia definida, pois tal como refere Freitas (2007, p. 926), "hierarquizar algo impõe sempre entender as prioridades e os objetivos." O FASB¹⁰ alerta para o facto de que numa hierarquia se devem separar as características pessoais dos utilizadores, como é o caso da compreensibilidade, das características da própria informação. Deste modo, a forma como se hierarquizam as características qualitativas da informação contabilística, é uma questão de juízo de valor que depende dos utilizadores consoante as suas diferentes necessidades. Para conseguir um equilíbrio entre relevância e fiabilidade, a consideração dominante é a melhor forma de satisfazer a tomada de decisões económicas. Contudo, de acordo com Freitas (2007) a característica mais importante é a compreensibilidade, visto que tende a uniformizar a comunicação. No entanto, deve ter-

¹⁰ Através do Statement of Financial Accounting Concepts nº 2, publicado em 1980.

se em atenção que a compreensibilidade não pode ser vista no global mas sim como uma característica pessoal que pode não estar presente em todos os utilizadores.

Se a informação contabilística não for fiável e relevante não tem qualquer utilidade, do ponto de vista global são estas as duas principais características que a informação deve ter.

2.3.3. Os Utilizadores da Informação Contabilística e as Suas Necessidades

Os utilizadores tal como as suas necessidades podem ser muito diferentes, no entanto há necessidades que são comuns a todos eles e são essas que as demonstrações financeiras tentam suprir (UNCTAD, 2008). As demonstrações financeiras constituem a forma privilegiada de informar os seus utilizadores acerca da posição económico-financeira da entidade, fazendo por isso parte do processo de relato financeiro. Segundo § 7 da EC do SNC, *uma entidade que relata é uma entidade relativamente à qual existem utentes que confiam nas demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informação financeira acerca da entidade*. Penman (2002) e Ball (2006) salientam que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são úteis para uma variedade de utilizadores, mas principalmente para os investidores.

No que toca ao conceito de utilizador da informação contabilística também não existe uma definição única (Gabás Trigo et al., 1996 e Alves, 2003). Na opinião de Gabás Trigo et al. (1996, p.105), num estudo que realizaram em Espanha, definem utilizador da informação financeira como *todo o agente económico que precisa conhecer os aspetos relacionados com a atividade económico-financeira da empresa, possibilitando o seu processo de decisão, e com um direito razoável de acesso à informação financeira. Este direito existe quando os interesses do utilizador podem ser afetados, positiva ou negativamente, pela atividade da empresa*. Para Pires e Rodrigues (2008), por utilizador entende-se todo aquele que interage com a empresa. Já Cravo (1991) descreve como utilizador da informação contabilística todo aquele que dela necessita para tomar decisões. Ou seja, utilizador será todo aquele para quem a informação irá ter utilidade e por isso tem interesse nela.

Todavia, também se pode designar as partes interessadas e/ou intervenientes das empresas por *stakeholders*. Johnson citado por Fernandes (2007, p.6) definem *stakeholders* como:

"Os indivíduos ou grupos que dependem da organização para atingirem os seus objetivos, bem como os indivíduos ou grupos de que a empresa depende na prossecução dos seus fins. A título de exemplo podem referir-se, entre outros, acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores."

No SNC, a referência aos utilizadores¹¹ e às suas necessidades de informação encontra-se estabelecida na Estrutura Conceptual, § 9 a 11. O SNC distingue os seguintes utilizadores da informação contabilística consoante as suas necessidades: investidores atuais e potenciais, empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, Governo e seus departamentos e o público. No que toca aos gestores/diretores, de acordo com o SNC, são eles que têm a responsabilidade de preparar e a apresentar as demonstrações financeiras pelo que muitas vezes recorrem a informação adicional que os ajude a *assumir as suas responsabilidades de planeamento, de tomada de decisões e de controlo* (§11) com que se confrontam diariamente e das quais depende o sucesso/sobrevivência da empresa.

Podem considerar-se dois tipos de utilizadores: os utilizadores internos e os utilizadores externos, consoante o seu acesso à informação (Alves, 2003; UNCTAD, 2008; Comissão Europeia, 2008). No que concerne ao SNC, pode dizer-se que os investidores, os mutuantes, os clientes, o Governo e seus departamentos e o público são considerados utilizadores externos, enquanto os empregados e os gestores/diretores são considerados utilizadores internos na medida em que conseguem obter informação mais atempadamente.

No entanto, é importante não esquecer que os utilizadores das micro e pequenas empresas, que na sua maioria são de cariz familiar, são limitados e que a sua informação visa satisfazer essencialmente as entidades públicas (Administração Fiscal), entidades financeiras (Bancos) e em alguns casos, os detentores do capital (Pires e Rodrigues, 2008).

¹¹ O SNC utiliza o termo utente, sendo sinónimo do termo utilizador.

É importante para as empresas decidirem quem são os seus principais utilizadores e saber quais são as suas necessidades, de modo a poderem satisfazê-las.

2.4. Noção de Micro, Pequenas e Médias Empresas – PME

As empresas são consideradas como o pilar da atividade económica, são elas que produzem, que criam riqueza e que fomentam o emprego.

De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Estatística¹² (INE), que tem como suporte a definição de micro, pequenas e médias empresas constante na Recomendação 2003/361CE da Comissão Europeia, existiam em 2008 em Portugal 349.756 PME representando 99,7% das sociedades do setor não financeiro, das quais 86% eram microempresas. Pela análise a estes dados é possível comprovar a predominância das empresas de reduzida dimensão no tecido empresarial português, sendo consideradas o pilar da economia e as principais responsáveis pela criação de emprego e riqueza.

Este tipo de empresas também é o motor da economia europeia, uma vez que representam 99% das empresas da UE, em que nove em cada dez são microempresas com menos de 10 trabalhadores¹³. São empresas que fomentam o crescimento económico e a riqueza, e têm um papel fundamental na inovação e I&D.

A UNCTAD (2000) afirma que não existe universalmente nenhuma definição de PME reconhecida, mas a maioria baseia-se no total do balanço, volume de negócios e número de empregados. Também Bertolino et al. (2000, p.54) referem que *estabelecer uma definição precisa e categórica de PME, resulta numa tarefa árdua*, visto que os critérios utilizados para classificação são "numerosos e de natureza variada". Fialho et al. (2007) referem que devido ao facto de não haver uma definição única de PME pelos organismos internacionais (IASB, ISAR; EFRAG), deve ser considerada a dos respetivos Estados Membros, de acordo com o desenvolvimento da sua economia.

¹² O âmbito do estudo centra-se nas PME não financeiras, sediadas em Portugal, constituídas sob a forma jurídica de sociedade.

¹³ Dados obtidos no Portal da Comissão Europeia (<http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme>).

Segundo o IAPMEI¹⁴, uma empresa é PME – micro, pequena ou média empresa –, de acordo com o Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, que no seu art.º 2.º – Definição de PME refere o seguinte:

"Para efeitos do presente decreto-lei, a definição de PME, bem como os conceitos e critérios a utilizar para aferir o respetivo estatuto, constam do seu anexo, que dele faz parte integrante, e correspondem aos previstos na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia (CE), de 6 de maio."

Quer isto dizer que a definição de PME considerada pelo IAPMEI se baseia na referida Recomendação da CE. No mesmo sentido, a "definição europeia" de PME também é a considerada válida pelo INE.

Assim, em 6 de maio de 2003, a Comissão Europeia adotou a Recomendação 2003/361/CE, relativa à definição de PME (onde se inserem as micro, pequenas e médias empresas), e que tem em conta o volume de negócios, o número de trabalhadores e o seu Balanço anual, conforme é possível verificar na Tabela 1.

Tabela 1. Definição de PME

Categoria	Nº de Trabalhadores	Volume de Negócios	Balanço Total
Média Empresa	< 250	≤ 50 milhões de euros	≤ 43 milhões de euros
Pequena Empresa	< 50	≤ 10 milhões de euros	≤ 10 milhões de euros
Micro Empresa	< 10	≤ 2 milhões de euros	≤ 2 milhões de euros

Fonte: Adaptado da Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE

De acordo com Rocha (2006), o conceito de PME foi alargado, uma vez que não se tem em conta a forma jurídica e o tipo de atividade exercido pelas empresas, há uma aposta no espírito empresarial, no investimento e no crescimento. Na opinião do mesmo autor (p.47), "com esta definição, utilizada nas políticas comunitárias aplicadas no interior da Comunidade e do Espaço Económico Europeu, reforça-se a coerência e a

¹⁴ <http://www.iapmei.pt/iapmei-art03.php?id=1790>

eficácia das políticas destinadas às PME (auxílios estatais) e reduz-se o risco de distorção da concorrência."

No entanto, para efeitos contabilísticos o SNC refere que são consideradas Pequenas Entidades (PE), as empresas que não ultrapassem dois dos três limites seguintes, num determinado exercício económico:

- a) Total de balanço: € 1 500 000;
- b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 3 000 000;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

Enquanto que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, são consideradas microentidades as empresas que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- a) Total do balanço: € 500 000;
- b) Volume de negócios líquido: € 500 000;
- c) Número médio de empregados durante o exercício: 5.

2.5. Utilidade da Informação Contabilística

A contabilidade, mais especificamente a informação contabilística, é essencial ao processo de tomada de decisão por parte dos utilizadores, no entanto eles apresentam necessidades diferentes que nem sempre são colmatadas.

De acordo com Callen e Gadea (2004):

"Nos últimos anos, parece que existe uma desconexão entre as informações refletidas nas demonstrações financeiras e as necessidades de informação dos diferentes utilizadores das mesmas, em particular os investidores. Portanto, é necessário mudar a natureza e a apresentação de informações financeiras (...)."

Neste sentido Cravo (1991, p. 311) refere que "(...) a importância da contabilidade é função da utilidade que a mesma tenha para os destinatários da informação (...)". Assim Guimarães (2004), destaca o denominado "paradigma da utilidade", em que a informação contabilística deve servir de base ao processo de tomada de decisão por parte dos seus utilizadores. Também Tua Pereda (1995) refere que o paradigma da utilidade *orienta o conteúdo das demonstrações financeiras para as necessidades do utilizador, supondo que o principal requisito é o suporte de informações adequadas à tomada de decisão.*

No normativo contabilístico em vigor, conforme se pode ver no § 12 da EC do SNC, está presente o paradigma da utilidade, ao referir "(...) que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas." Contudo, não é fácil encontrar um "ponto de equilíbrio" entre as necessidades dos vários tipos de utilizadores (Guimarães, 2011). Por vezes, para suprir necessidades de informação, algumas empresas divulgam informação adicional, através de relatórios emitidos voluntariamente de modo a colmatar as deficiências de informação divulgadas nas demonstrações financeiras (Callen e Gadea, 2004).

Contudo, se os distintos tipos de utilizadores da informação contabilística têm diferentes objetivos, também deveria ser diferente a informação a divulgar a cada um deles (Bertolino et al., 2000), ou seja, da análise efetuada às demonstrações financeiras cada tipo de utilizadores "retira" a que lhe é conveniente com vista à prossecução das suas necessidades. Deste modo, surge uma questão, será que deverão existir tantas informações contabilísticas, consoante o tipo utilizadores ou apenas uma direcionada a todos os utilizadores (Teixeira, 2009). Cada vez mais estamos perante a necessidade de uma contabilidade *self-service*, em que a informação contabilística devia ser disponibilizada de acordo com os objetivos e necessidades de cada tipo de utilizadores, maximizando assim a utilidade dessa informação (Guimarães, 2004). Como salienta Lopes de Sá (2007, p.62), não é que existam "diversas verdades", mas, sim "diversos interesses informativos."

Guimarães (2004, p. 45) refere ainda que o "paradigma da utilidade" é reforçado com a relevância, uma vez que esta característica "é entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes". Coloca-se então a questão

de saber se existem utilizadores privilegiados. De acordo com Guimarães (2011), para se hierarquizar os utilizadores tendo em conta as suas necessidades, é importante analisar o tecido empresarial. Assim, numa grande empresa privilegiam-se os acionistas e investidores, enquanto numa PME se privilegiam os proprietários, sócios e os Bancos e a Administração Fiscal. Mas em termos gerais, o utilizador privilegiado da informação contabilística é o órgão de gestão (gestores e diretores), uma vez que é ele que prepara e elabora as demonstrações financeiras.

Uma informação contabilística de elevada qualidade conduz a decisões de maior qualidade e utilidade do que uma informação de baixa qualidade. Contudo, a informação contabilística só é útil se for compreendida, caso contrário não tem qualquer utilidade.

Segundo o FASB (1980), *"The better choice is the one that, subject to considerations of cost, produces from among the available alternatives information that is most useful for decision making."*

CAPÍTULO III – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é elaborada a revisão de literatura que sustenta o tema, ou seja, apresentam-se e analisam-se todos os trabalhos considerados pertinentes sobre o tema, onde são abordadas as várias áreas que estão relacionadas com a qualidade da informação contabilística, pretendendo deste modo identificar o contributo e interesse do presente estudo. Com o intuito de facilitar a sua análise, e dado o tipo de trabalhos revistos, apresentam-se os estudos agrupados do seguinte modo:

1. Estudos que relacionam a adoção das IAS/IFRS do IASB com a qualidade da informação contabilística:

- Bartov et al. (2002) comparam a informação contabilística produzida pelas empresas alemãs sob diversos normativos.
- Hung e Subramanyam (2004) analisam o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade (IAS) nas demonstrações financeiras e a sua relevância, para uma amostra de empresas alemãs, no período 1998-2002.
- Van Tendello e Vanstraelen (2005) averigam se a adoção das normas internacionais de contabilidade está associada a uma menor manipulação de resultados, tendo por base as empresas alemãs.
- Barth et al. (2007) analisam se a adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade, está associada a uma maior qualidade da informação.
- Fernandes (2007) analisa o impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados (*earnings management*), nas empresas cotadas em Portugal e Espanha.
- Christensen et al. (2008) analisam se as mudanças na qualidade da contabilidade em virtude da adoção das IFRS são fruto de incentivos ou das próprias normas.
- Morais e Curto (2008) analisam a adoção das normas internacionais de contabilidade com a qualidade da informação contabilística e a gestão de resultados (*earnings management*), nas empresas cotadas portuguesas.

2. A Contabilidade Criativa

Neste ponto aborda-se o conceito de contabilidade criativa segundo a perspetiva de diversos autores, focando-se ainda os seguintes estudos:

- Hagen e Wolff (2006) analisam o impacto da implementação das regras fiscais (com vista a reduzir o défice das contas públicas) na prática de contabilidade criativa nos países da União Europeia.
- Moreira (2006) analisa a manipulação dos resultados de uma amostra de pequenas e médias empresas mais especificamente que formas toma, que determinantes ou incentivos estão na sua origem e que consequências podem resultar da sua existência.

3. Outros temas relacionados com a qualidade da informação contabilística:

- Martins (2007) analisa a relação entre a qualidade da informação financeira e o grau de dependência face ao sistema bancário (endividamento).
- Hribar et al. (2010) contribuem com uma abordagem alternativa face à medição da qualidade da contabilidade considerando a relação entre a qualidade da contabilidade e os honorários de auditoria.
- Nanda e Wysocki (2011) abordam a relação entre a confiança social e a qualidade da contabilidade em 43 países, diferenciando dois grupos: os que são obrigados a seguir determinadas práticas contabilísticas na elaboração das DF e os que têm opção de escolha.

4. Estudos relacionados com os profissionais da contabilidade – TOC:

- Ribeiro (2010) no seu estudo analisa e avalia os impactos da aplicação das NCRF nas empresas portuguesas na perspetiva dos TOC, mais especificamente ao nível da preparação das empresas para adotarem as NCRF; dos potenciais impactos das NCRF nas empresas portuguesas; da perceção que os utilizadores da informação têm da aplicação das NCRF e do seu impacto na qualidade das DF. Recorreu ao questionário aos TOC via site da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

- Santos (2010) no seu estudo visa conhecer a opinião dos profissionais da contabilidade sobre o SNC e a perceção do seu impacto na profissão, ao nível da preparação e benefícios para a profissão. Para tal, foram distribuídos questionários aos TOC em ações de formação.

3.1. Adoção das NIC/NIRF do IASB e a qualidade da informação contabilística

Desde a publicação do Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de julho, são vários os autores, quer nacionais que internacionais, que se propuseram analisar o impacto da adoção das normas emitidas pelo IASB na qualidade da informação divulgada nas demonstrações financeiras.

Existem várias medidas para a qualidade da informação contabilística, que têm sido objeto de diversos estudos, tais como: relevância (*value relevance*), reconhecimento das perdas atempadamente (*timely loss recognition*) e gestão de resultados (*earnings management*). Tais medidas, têm sido utilizadas em diversos estudos, acerca dos impactos das IFRS na qualidade da informação contabilística.

O estudo de Bartov et al. (2002) assume grande importância na medida em que compara a informação contabilística produzida nas empresas alemãs sob diversos normativos, IAS/IFRS, German GAAP (normas alemãs) e US GAAP. Os autores concluíram que as IAS/IFRS e as US GAAP fornecem uma informação contabilística de qualidade superior face às normas alemãs, apresentando resultados mais relevantes.

Hung e Subramanyam (2004) propuseram-se estudar os efeitos da adoção voluntária das IAS nas demonstrações financeiras e sua relevância, em relação a uma amostra de 80 empresas alemãs no período 1998-2002, face às *German Accounting Rules* (HGB). Eles compararam diretamente a informação contabilística preparada de acordo com as HGB e com as IAS para as mesmas empresas no mesmo período de tempo. Os resultados mostram que as empresas que adotaram voluntariamente as IAS apresentam diferenças significativas ao nível do Balanço e da Demonstração de Resultados (Capitais Próprios, Resultados, Ativo).

Contudo, Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) não encontraram diferenças significativas no seu estudo. O seu objetivo consistia em averiguar se a adoção das IAS/IFRS estaria associada a uma menor manipulação de resultados comparativamente às empresas que utilizam as normas alemãs. Para tal analisam empresas cotadas alemãs, no período 1999-2001 e constataram que a adoção das IAS/IFRS não diminui a manipulação de resultados, pelo que na opinião destes autores a adoção das normas não pode ser associada a uma diminuição da manipulação de resultados.

No seu estudo Barth et al. (2007), tinham por objetivo averiguar se a adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade, estaria associada a uma maior qualidade da informação contabilística. Para tal, analisaram as contas de 21 países através da comparação da informação contabilística entre as empresas que adotaram voluntariamente as IFRS e as que não adotaram. Verificaram que os países que adotaram voluntariamente as IFRS apresentavam uma melhor qualidade da informação contabilística relativamente aos que não adotaram, nomeadamente uma menor manipulação dos resultados e um reconhecimento mais atempado de perdas, verificando igualmente uma maior relevância (ao nível do capital próprio e dos resultados) da informação contabilística para os seus utilizadores.

O estudo de Fernandes (2007) mostrou-se pioneiro na área ao abordar a adoção obrigatória das normas uma vez que até à data apenas se abordava a adoção voluntária. O objetivo do seu estudo consiste em analisar o impacto da adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade no nível de gestão de resultados (*earnings management*), ao ter por base a ideia de que as empresas que adotaram as IFRS apresentavam uma diminuição da manipulação dos resultados, portanto a qualidade da informação aumentava. O estudo incidiu sobre uma amostra de 34 empresas portuguesas e 75 empresas espanholas, e consistiu na análise dos níveis de *accruals* discricionários praticados num período pré-IFRS (2002-2004) e num período pós-IFRS (2005-2006). Os resultados mostram que os níveis de gestão de resultados são semelhantes para o período pré adoção das IFRS (2002-2004) e para o período pós adoção das IFRS (2005-2006). Em termos globais, o nível de gestão de resultados não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre o período anterior e subsequente à entrada em vigor das IFRS.

No seu estudo Christensen et al. (2008) analisam se as mudanças na qualidade da contabilidade em virtude da adoção das IFRS são fruto das próprias normas ou de incentivos para as adotarem, analisando em particular a manipulação de resultados (*earnings management*) e o reconhecimento de perdas atempadamente (*timely loss recognition*). Para tal utilizam uma amostra de empresas alemãs no período pré e pós adoção das IFRS, ou seja, 133 empresas que adotaram voluntariamente as IFRS antes de 2005 e 177 empresas que não adotaram as IFRS até 2005. Verificaram que as empresas que adotaram as IFRS voluntariamente apresentaram uma menor manipulação de resultados e um aumento do reconhecimento de perdas atempadamente, não encontrando melhoria na qualidade das empresas que resistiram a adotar as IFRS antes de 2005. No entanto estas empresas resistentes em adotar as IFRS apresentam características mais privilegiadas, têm relações mais estreitas com os bancos e acionistas, o que poderia explicar a falta de incentivos dessas empresas para adotar as normas. De uma forma geral, Christensen et al. (2008) verificaram que as melhorias na qualidade da contabilidade em virtude da adoção das IFRS estão confinadas a empresas com incentivos para as adotar.

No seu estudo, Morais e Curto (2008) investigaram se a adoção das normas emitidas pelo IASB estaria associada a uma maior qualidade da informação contabilística e relevância. Para alcançar esse objetivo, estudaram 34 empresas cotadas em bolsa no período pré (1995-2004) e no período pós adoção (2004-2005) das normas. Os resultados a que chegaram indicam uma diminuição na manipulação dos resultados com a adoção das normas do IASB, verificando-se assim um aumento na qualidade da informação contabilística.

3.2. A Contabilidade Criativa

Fatores como a globalização, a evolução da contabilidade e suas tecnologias e as constantes atualizações dos normativos, trouxeram alguma liberdade/subjetividade à contabilização dos acontecimentos o que contribui para o fenómeno da contabilidade criativa. Não existe consenso quanto ao conceito de Contabilidade Criativa, para uns é considerada legal enquanto para outros consiste numa fraude contabilística, na medida em que altera a realidade.

De acordo com Amat e Blake (1996, p. 11), a contabilidade criativa utiliza-se para *descrever o processo mediante o qual os contabilistas utilizam o seu conhecimento das normas contabilísticas para manipular os valores incluídos nas contas de uma empresa.*

Na perspetiva de Mayoral (1997) a contabilidade criativa *consiste em manipular as informações para alterar artificialmente o que seria o resultado natural ou determinado em conformidade com a política contabilística delineada pela empresa.* Este autor compara a contabilidade criativa a uma arte, em que quanto maior for o nível técnico do artista, mais difícil será de detetar.

Blasco Lang (1998, p. 34), que partilha da visão de Amat e Blake, vai mais longe ao catalogar essa afirmação de *eufemismo, utilizado para evitar referir-se a estas práticas pelos seus nomes verdadeiros: artifícios contabilísticos, manipulações contabilísticas, fraudes contabilísticas, etc.*

Na opinião de Gadea e Gastón (1999, p. 20), a contabilidade criativa *é a que aproveita as possibilidades que oferecem as normas (opcionalidade, subjetividade, lacunas nas normas, etc.) para apresentar as demonstrações que reflitam a imagem desejada e não necessariamente a que é na realidade.*

Como é possível constatar, as opiniões de todos estes autores coincidem quanto à verdadeira essência da contabilidade criativa, manipulação contabilística de modo a transformar a realidade na imagem desejada, estando sempre presente a intenção de distorcer/enganar.

Opinião diferente tem Moreira (2006) ao referir que contrariamente ao que se pensa, manipulação não é o mesmo que fraude, são coisas diferentes. Moreira (2006, p.8) afirma ainda que "sem iludir o facto de que haverá casos em que a manipulação efetuada pelas empresas consubstancia uma fraude, não se pode deixar de ter presente que nem sempre a natureza da manipulação é fraudulenta, podendo ser apenas o resultado do uso racional da flexibilidade permitida pelas normas contabilísticas."

Na perspetiva de Amat et al. (1999), "está implícito que há uma verdade absoluta em contabilidade que poderia ser alcançada se as regras fossem aplicadas de forma imparcial." Ser imparcial consiste no mesmo que ser neutro, livre de preconceitos e juízos de valor. Por aqui pode-se constatar que a realidade é apenas uma, não existindo margens para adaptá-la dentro do que é considerado legal.

Segundo, Leung e Cooper citados por Amat et al. (1999), que realizaram um estudo com base nas opiniões de uma amostra de 1500 contabilistas na Austrália, detetaram que a manipulação é um dos principais problemas éticos desta profissão. Contudo quando bem executada, a manipulação é dificilmente observável (Mendes e Rodrigues, 2007), tornando-se numa "maquilhagem" perfeita.

Assim, como pode ser considerada legal se não corresponde à realidade e se procura a imagem desejada da realidade? A fronteira onde acaba o que é legal e começa a fraude é muito difícil de detetar, como se pode constatar na opinião de Gadea e Gastón (1999, p.20), a contabilidade criativa *encontra-se no caminho entre as práticas verdadeiramente corretas e éticas e a ilegalidade ou fraude, se bem que é difícil delimitar onde acaba a ética e começa a criatividade e onde termina esta e começa a fraude*. Também Gonçalves (2005, p. 36) afirma que é muito difícil "assinalar com nitidez onde começa a manipulação fraudulenta e acaba o aproveitamento "engenhoso" das lacunas da lei e da interpretação habilidosa das normas (...)".

De acordo com Sherman e Young (2001), existe uma tremenda pressão e incentivo financeiro para os gestores relatarem o crescimento das vendas e satisfazerem as expectativas dos investidores. Tais atitudes levam a que as empresas "cresçam" além do seu tamanho ideal, pois muitas vezes os gestores manipulam a informação com vista a alcançarem objetivos pessoais.

De qualquer modo, como refere Amat e Blake (1996, p. 20), a contabilidade criativa e a fraude coincidem em dois pontos, em ambos os casos existe intenção de enganar e frequentemente ambos consistem numa solução para as dificuldades financeiras com que as empresas se deparam.

Posto isto, destaca-se o estudo de Hagen e Wolff (2004), que tem como objetivo relacionar as regras fiscais impostas aos países da Europa de forma a reduzir o défice das suas contas públicas com as práticas de contabilidade criativa. Eles testam a hipótese de que os governos tentam contornar as regras fiscais através da contabilidade criativa, ou seja, eles argumentam que o pacto de estabilidade e crescimento (PEC) e o défice excessivo dos países da União Europeia resultou em contabilidade criativa. Os resultados confirmam a vulnerabilidade das regras fiscais face às práticas de contabilidade criativa, uma vez que o objetivo consiste em minimizar o impacto da adoção das regras fiscais.

O estudo de Moreira (2006) assume grande importância uma vez que pretende analisar o comportamento manipulador das PME portuguesas quando em presença de incentivos relacionados com a fiscalidade, nomeadamente a minimização do imposto a pagar, e com a necessidade de financiamento e até que ponto isso interfere na qualidade da informação contabilística. Para o efeito, delineou duas hipóteses de investigação, que são as seguintes: H1: As empresas manipulam os resultados com o intuito de minimizar o pagamento de imposto sobre o rendimento, mas evitam reportar perdas. Espera-se, por isso, que exista um número anormalmente elevado de empresas reportando pequenos resultados positivos e um número anormalmente reduzido de empresas reportando pequenas perdas. H2: As empresas com elevada necessidade de financiamento bancário tendem a ser menos propensas à manipulação dos resultados no sentido descendente e evitam reportar perdas de forma mais intensa do que empresas com baixa necessidade de financiamento. A amostra do estudo consiste em todas as empresas cuja informação esteja disponível na base de dados SABI, entre os anos 1998-2004, excluindo as empresas cotadas e as empresas financeiras, consistindo assim a amostra nas PME. Os resultados mostram que o incentivo fiscal motiva as empresas a adotarem ações que têm um efeito de redução dos resultados, de modo a minimizarem o imposto sobre o rendimento, enquanto que as empresas com necessidade de financiamento adotam ações que conduzem a um aumento dos resultados.

3.3. Outros temas relacionados com a qualidade da informação contabilística

São vários os temas/áreas que se relacionam com a qualidade da informação contabilísticas e os quais é importante referir, de modo a perceber de que maneira influenciam a qualidade dessa informação.

A qualidade da informação contabilística também se relaciona com o endividamento bancário (Martins, 2007), uma vez que as empresas tendem a adaptar as suas demonstrações financeiras de modo a passar uma "boa imagem" da empresa e assim obter condições de financiamento mais vantajosas. No seu estudo, Martins (2007), analisa a relação entre o endividamento bancário e a qualidade da informação financeira, pelo que a sua hipótese de investigação assenta na previsão de que as empresas que têm uma maior dependência (endividamento) produzem e divulgam informação de maior qualidade. A sua amostra consiste em 20.792 observações de empresas não cotadas em bolsa no período 1998-2004, retirada da base de dados SABI em 2006. No que toca aos resultados, as empresas com elevada dependência bancária têm nisso um incentivo a esconder as suas dificuldades mas se tiverem boa liquidez, esse incentivo diminui e qualidade da informação aumenta tornando as condições mais vantajosas à obtenção de crédito. Nas empresas com baixa dependência bancária, o incentivo consiste em manter ou melhorar a qualidade da informação divulgada de modo a poderem continuar a financiar-se.

Já o estudo de Hribar et al. (2010) contribui com uma abordagem alternativa face à medição da qualidade da informação contabilística, ao ter por base a relação entre a qualidade dessa informação e os honorários de auditoria. Eles argumentam que os inexplicáveis/anormais honorários de auditoria são uma medida da qualidade da informação contabilística. Os honorários anormais de auditoria são definidos como sendo a diferença entre os honorários efetivamente pagos e o nível esperado dos honorários de auditoria. Utilizaram dados presentes em base de dados para estimar um modelo de honorários de auditoria, tais como dados financeiros e dados dos honorários de auditoria, entre os anos 2000 e 2007. De acordo com os autores, os auditores exigem honorários mais elevados para clientes de maior risco, ou seja, eles argumentam que os auditores cobram honorários mais elevados para as empresas com menor qualidade da

informação contabilística e nas quais têm que despende mais horas de trabalho, de modo a não afetarem a sua reputação e correrem o risco de processos judiciais. No geral, acreditam que os inexplicáveis honorários de auditoria podem ajudar a validar ou refutar teorias sobre as consequências da qualidade do relato financeiro, ajudando ainda a prevenir fraudes.

O estudo de Nanda e Wysocki (2011) aborda a relação entre a confiança social nas empresas e a qualidade da contabilidade entre 43 países. Distinguem dois grupos: os países para os quais as práticas de contabilidade e relato financeiro são obrigatórias e os países que adotam voluntariamente práticas contabilísticas e de relato financeiro. Os autores do estudo verificaram uma forte relação positiva entre a confiança social e as medidas voluntárias inerentes à qualidade da contabilidade, mas não encontraram associação entre a confiança social e os requisitos obrigatórios do relato financeiro. Estes resultados sugerem que a falta de confiança social pode conduzir a uma maior regulamentação da contabilidade e, assim, compensar outras ligações positivas entre a confiança e a qualidade da contabilidade (Nanda e Wysocki, 2011).

3.4. Estudos relacionados com os profissionais da contabilidade – TOC

Embora estes estudos não estejam diretamente relacionados com a qualidade da informação contabilística, são de todo o interesse uma vez que os profissionais da contabilidade são as pessoas responsáveis pela preparação, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelo que é importante analisar o seu perfil, comportamento e a sua preparação/perceção face ao SNC.

No seu estudo, Ribeiro (2010), tem como objetivo analisar e avaliar os potenciais impactos da aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), que se encontram em vigor desde janeiro de 2010, nas empresas portuguesas, na perspetiva dos TOC. Mais concretamente pretende avaliar o nível de preparação das empresas para adotarem as NCRF; analisar e avaliar os potenciais impactos das NCRF nas empresas portuguesas; e avaliar a perceção que os utilizadores da informação têm da aplicação das NCRF e do seu impacto na qualidade das Demonstrações Financeiras (DF). Para

atingir o seu objetivo, utilizou um questionário dirigido aos TOC, tendo sido disponibilizado no site da OTOC e onde recolheu 505 respostas. Constatou então que as NCRF têm um impacto elevado nas empresas portuguesas, principalmente na qualidade das suas DF e no valor do Capital Próprio e também ao nível da divulgação da informação, pois exige um maior número de informações a divulgar, e na mensuração dos elementos, devido à aplicação do justo valor que provoca uma maior volatilidade destes. Verificou ainda que os TOC concordam com a adoção das NCRF, considerando-se razoavelmente preparados, com destaque para os TOC que exercem funções.

O estudo de Santos (2010) tem como objetivo conhecer a opinião dos profissionais da contabilidade sobre a adoção do SNC, nomeadamente os benefícios e riscos e a perceção do seu impacto na profissão. Foram distribuídos questionários aos TOC em cinco ações de formação de onde obteve 572 respostas finais. Concluiu que os benefícios associados a esta mudança são entendidos, nomeadamente a comparabilidade internacional, a satisfação da necessidade de um relato financeiro mais exigente que tinha vindo a ser sentida e o acompanhamento da modernização contabilística europeia; mas também que existem alguns riscos da adoção deste normativo, nomeadamente a adaptação do normativo à realidade empresarial portuguesa. No que respeita ao impacto na profissão, os inquiridos consideram que o tempo desde a publicação em 2009 até à entrada em vigor não é suficiente para se prepararem, mas que este trará benefícios para a classe, apesar de uma maior sobrecarga de trabalho e investimento que não será compreendida nem compensada pelos seus clientes.

3.5. Síntese da Revisão de Literatura

De acordo com os estudos apresentados anteriormente, é possível verificar a importância atribuída à qualidade da informação contabilística por diversos autores, importância que aumentou com o processo de adoção das IAS/IFRS emitidas pelo IASB. Em consonância com os estudos apresentados, a maioria dos autores considera que as normas emitidas pelo IASB fornecem uma informação contabilística de qualidade superior comparativamente às normas nacionais dos diversos países, ao mesmo tempo que registam uma diminuição na manipulação dos resultados e uma melhoria nos resultados. Contudo, não deixa de ser pertinente referir que um dos

estudos que analisa a adoção voluntária das normas e outro estudo que analisa a adoção obrigatória das normas, não registarem diferenças significativas ao nível da manipulação dos resultados, pelo que de acordo com esses estudos a adoção das normas não traz melhorias.

Para a maioria dos autores, a contabilidade criativa consiste na manipulação da informação contabilística real para se alcançar a informação contabilística desejada. Manipulação pode não significar o mesmo que fraude, mas sim tratar-se apenas de usar a flexibilidade e as omissões das normas de contabilidade. Contudo, é muito difícil detetar a separação entre o que é legal do que é fraude, sem esquecer que a minimização de impostos a pagar e os objetivos profissionais baseados em resultados motivam as empresas às práticas de contabilidade criativa. Quer se trate de manipulação ou fraude, de acordo com a maioria dos diversos autores está presente a intenção de enganar/distorcer, uma vez que a realidade é apenas uma.

Além dos temas já abordados que se relacionam com a qualidade da informação contabilística, existem outros não menos importantes, dos quais se destacam o endividamento bancário, os honorários de auditoria e a confiança social. De acordo com os diversos estudos, verifica-se que as empresas com elevada dependência bancária, tentam produzir e divulgar informação contabilística de qualidade de modo a conseguirem obter crédito, já as empresas que têm baixa dependência do setor bancário tentam manter a qualidade da informação contabilística de modo a poderem financiar-se sempre que for necessário. No que toca aos honorários de auditoria, quanto menor for a qualidade da informação contabilística das empresas, mais altos serão os honorários de auditoria, uma vez que os auditores têm que despender mais horas de trabalho com estas empresas, correndo riscos de processos judiciais e coimas. Em relação à confiança social nas empresas, quando se adotam medidas relacionadas com a qualidade da informação contabilística voluntariamente é sinal que está presente a preocupação com a qualidade da informação e em divulgar uma imagem verdadeira da situação da empresa, atitude essa que transmite confiança e credibilidade. Quando as medidas, são impostas e não fruto da vontade das empresas, é difícil perceber se existe preocupação em torno da qualidade da informação contabilística, o que não acarreta confiança a nível social.

Os profissionais da contabilidade merecem o maior destaque, na medida em que são eles os "produtores" da informação contabilística, por isso o seu perfil e comportamento são de todo o interesse. Nos estudos apresentados verifica-se que os TOC concordam com a adoção das NCRF e que estas têm um impacto elevado nas empresas e no relato financeiro, nomeadamente a nível de comparabilidade internacional e de uma maior exigência, no entanto estes profissionais julgam que o tempo para se prepararem para a adoção das normas não foi o suficiente.

Apesar dos estudos realizados abordarem a qualidade da informação contabilística, atribuindo grande importância ao tema e outros estudos abordarem os profissionais da contabilidade, não foi encontrado nenhum que avalie a relação das características de perfil destes profissionais com a qualidade da informação contabilística produzida, constituindo este o objetivo do presente trabalho.

CAPÍTULO IV – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo empírico tem como objetivo estudar a relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação. Assim, depois de efetuada a revisão de literatura no capítulo anterior, será agora apresentado o desenho da investigação.

Neste capítulo são apresentados os objetivos, as hipóteses, os métodos utilizados na recolha dos dados e a técnica de construção da base de dados.

4.1. Objetivos e Hipóteses

Numa investigação, a primeira etapa consiste em definir o problema, estabelecer os objetivos e formular as hipóteses correspondentes (Ghiglione e Matalon, 2001). Deste modo, em prol da revisão de literatura efetuada no capítulo anterior, o objetivo geral da investigação é o seguinte:

Estudar a relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação, na ótica dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo.

Definiram-se os seguintes elementos como caracterizadores do perfil do responsável pela contabilidade:

- Posse de cédula profissional de TOC;
- Experiência profissional;
- Formação Académica;
- Formação complementar de nível superior (pós graduada);
- Participação em ações de formação da OTOC.

Para atingir e complementar o objetivo geral, definiram-se como objetivos específicos os seguintes:

Objetivo 1: Caracterizar o perfil do profissional responsável pela elaboração da contabilidade nas PME de Excelência da região Alentejo;

Objetivo 2: Avaliar a importância atribuída à informação contabilística pelos gestores e diretores financeiros das PME;

Objetivo 3: Identificar qual a utilidade da informação contabilística para os gestores e diretores financeiros das PME.

Marconi e Lakatos (2002, p. 28) referem que "a função da hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações para certos factos e ao mesmo tempo orientar a busca de outras informações." A hipótese conduz sempre a uma verificação empírica, independentemente de ser verdadeira ou errada.

Tendo em conta o objetivo geral do estudo, definiram-se cinco hipóteses a testar:

H1: A qualidade da informação contabilística é independente da detenção da cédula profissional de TOC.

H2: A qualidade da informação contabilística é independente dos anos de experiência profissional.

H3: A qualidade da informação contabilística é independente da formação académica.

H4: A qualidade da informação contabilística é independente da formação complementar de nível superior.

H5: A qualidade da informação contabilística é independente da participação em ações de formação da OTOC.

4.2. População e Amostra

A população do estudo empírico consiste nas 41 PME de Excelência da região Alentejo (Beja, Évora e Portalegre) presentes nos dois seguintes rankings nacionais: o das PME Excelência 2010, divulgado pelo IAPMEI e o das 1000 Melhores PME 2010, divulgado pela Revista Exame. Esta opção metodológica resulta de dois factos:

- Predominância das PME no universo empresarial português, que segundo dados do INE em 2008, representavam mais de 99,7% do total de unidades empresariais e as empresas com menos de 10 trabalhadores representavam mais de 86%.

- PME de Excelência da região Alentejo são objeto de poucos estudos.

A escolha destes rankings deveu-se ao facto de serem elaborados por uma revista credível, a Revista Exame, e pelo Instituto de Apoio às PME e à Inovação, tendo este como missão apoiar estratégias de competitividade e crescimento das PME, atuando sobre a tutela do Ministro da Economia e do Emprego.

O ranking divulgado pela Revista Exame, as 1000 Melhores PME referente ao ano 2010, teve por base na escolha destas 1000 empresas os rácios e os indicadores que fazem o retrato económico e financeiro (entre outros destacam-se, a solvabilidade, a liquidez geral e a autonomia financeira). Importa ainda realçar um facto importante, um dos critérios de atribuição do prémio Melhor PME prende-se com a disponibilidade, fiabilidade e transparência da informação prestada ao público, através da análise às demonstrações financeiras¹⁵. Embora nenhuma das PME de Excelência da região Alentejo tenha ganho o prémio, neste critério está bem patente a importância da qualidade da informação contabilística.

Quanto ao ranking das PME de Excelência referente ao ano 2010, divulgado pelo IAPMEI, são distinguidas as empresas que apresentaram os melhores desempenhos económico-financeiros e de gestão do ano. Citando o IAPMEI¹⁶, "tratam-se de empresas que, nos vários setores de atividade, se evidenciaram pela qualidade dos seus resultados e elevados padrões competitivos, com rácios de solidez financeira e de rentabilidade acima da média nacional, e que contribuem ativamente para as dinâmicas de desenvolvimento e de emprego das várias regiões."

Os critérios de distinção das empresas são muito semelhantes nos dois rankings.

Depois de identificada a população deste trabalho de investigação, é necessário definir a amostra, uma vez que é muito pouco frequente conseguir estudar-se exhaustivamente uma população, devido à morosidade e custos de aplicar questionários a todos os seus indivíduos (Hill e Hill, 2002). Contudo, este estudo constitui uma exceção uma vez que se pretende inquirir toda a população que não sendo extensa considera-se

¹⁵ Esta análise é feita pela Deloitte em conjunto com a Informa D&B.

¹⁶ <http://www.iapmei.pt/iapmei-mstplartigo01.php?temaid=156&msid=6>

ser de grande importância, devido ao reduzido número de empresas da região do Alentejo presente nos rankings referidos.

Na Tabela 2 é apresentada a população do estudo e a amostra que se obteve após a recolha dos questionários das empresas respondentes, sendo este processo analisado no ponto 4.3.2.

Tabela 2. População e Amostra

Distrito	População			Amostra		
	Beja	Évora	Portalegre	Beja	Évora	Portalegre
1000 Melhores PME 2010 (Revista Exame)	5	9	5	3	5	2
PME Excelência 2010 (IAPMEI)	8	10	4	5	2	2
Total	13	19	9	8	7	4

Como é possível constatar na Tabela 2, a amostra é constituída pelas 19 PME de Excelência da região Alentejo, que responderam ao questionário, o que representa 46,34% da população. É uma amostra de reduzida dimensão, o que condiciona os testes estatísticos a aplicar. A sua caracterização é apresentada no capítulo seguinte.

4.3. Método de Recolha dos Dados

Para atingir os objetivos estipulados e testar as hipóteses estabelecidas, foi escolhido como método de recolha dos dados o questionário. A escolha deste método deveu-se aos baixos custos financeiros e humanos, à obtenção de respostas rápidas e à necessidade de se obterem informações acerca de variados comportamentos, opiniões, opções e expectativas (Quivy e Campenhoudt, 2008; Sousa e Baptista, 2011)

Pode dizer-se que o inquérito é um dos métodos mais utilizados na investigação em ciências sociais, sendo aplicado em investigações quantitativas. De acordo com Sousa e

Baptista (2011), o inquérito tem como instrumento base o questionário, que pode ser online ou em papel. Marconi e Lakatos (2002) destacam como desvantagem dos questionários o grande número de perguntas sem respostas, impossibilidade de esclarecer as questões mal compreendidas, a devolução tardia que pode inutilizar o questionário, veracidade das respostas, não se poder aplicar a pessoas analfabetas, e por último, uma das grandes limitações dos questionários prende-se com a baixa taxa de resposta, sendo a sua devolução em média, correspondente a 25%. Como vantagens dos questionários, Marconi e Lakatos (2002), destacam a economia de tempo e pessoal, a obtenção de um grande número de dados, respostas mais rápidas e precisas, atinge um maior número de pessoas, e por último há uma maior liberdade nas respostas, em virtude do anonimato.

4.3.1 Estrutura do Questionário

O processo de elaboração de um questionário deve ter em conta o tipo de perguntas e a ordem em que aparecem de modo a aumentar a sua eficácia. A formulação das questões deve ter sempre por base os objetivos da investigação e as hipóteses a testar, na medida em que as respostas a cada pergunta tenham utilidade. Não se devem fazer perguntas que não tenham qualquer utilidade para a investigação. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), há que ter atenção à dimensão do questionário, pois se for muito longo causa desinteresse e se for muito pequeno, pode não dar resposta a todas as questões essenciais.

Deste modo, o questionário da investigação em questão, apresenta essencialmente perguntas fechadas e perguntas de escolha múltipla, uma vez que permitirem melhor codificação e tratamento, caracterizam-se pela objetividade. No entanto, também estão presentes no questionário as combinações de respostas de escolha múltipla, com as respostas abertas, possibilitando assim obter mais informações sobre o assunto (Marconi e Lakatos, 2002). Apresenta-se ainda uma questão em escala e algumas questões de filtro.

Relativamente à estrutura, o questionário divide-se em quatro secções, tendo em conta os objetivos que se pretendem estudar (Questionário - Anexo I).

No Quadro 2, é apresentada a estrutura do questionário e a correspondência com os objetivos do estudo.

Quadro 2. Correspondência entre a estrutura do questionário e os objetivos do estudo

Secções do Questionário	Descrição das Secções	Objetivos associados a cada secção
1	Características da Empresa.	Descrição da amostra
2	Informação Contabilística – grau de importância e local de execução.	Objetivo específico 2
3	Caracterização do perfil do profissional responsável pela elaboração da contabilidade.	Objetivo específico 1
4	A qualidade da informação Contabilística – percepção dos gestores relativamente a opiniões e comportamentos – inquirindo-se também acerca da utilidade da informação contabilística.	Objetivo específico 3

Fonte: Elaboração própria

4.3.2. Aplicação do Questionário

Antes de se proceder ao envio do questionário efetuou-se um pré-teste com um profissional da contabilidade e um empresário, tendo sido corrigidas algumas lacunas e incompreensões. O pré-teste é realmente importante na medida em que permite verificar se o questionário se encontra em condições de ser aplicado com êxito, isto é, se consegue responder às questões levantadas pelo investigador (Sousa e Baptista, 2011).

O processo de obtenção dos questionários demorou cerca de um mês e repartiu-se por três tentativas, entre os dias 19/09/2011 e 07/10/2011. Numa primeira fase foram enviados 41 questionários direcionados aos gestores e diretores financeiros das empresas, maioritariamente por email (29), sendo os restantes enviados via postal com envelope selado para resposta (12). Esta opção deveu-se ao facto de não se ter conseguido obter um email válido destas empresas. Após uma primeira recolha, obtiveram-se 6 questionários via email e 6 via carta. Insistiu-se ao fim de uma semana e obtiveram-se mais 3 questionários via email. Por último, e pela terceira vez voltou-se a insistir e obtiveram-se mais 4 questionários por email. Assim, dos 41 questionários enviados foram devolvidos 19, o que perfaz uma percentagem de 46,34%. Devido à reduzida dimensão da população, esperava-se um maior número de respondentes, em parte devido ao facto do questionário ser pequeno e de fácil compreensão.

4.4. Métodos de Tratamento dos Dados

Depois de recolhidos todos os questionários, há que homogeneizar as respostas de modo a ser possível tratá-las e verificar os objetivos do trabalho, ou seja, há que organizar e codificar os dados antes de se proceder ao seu tratamento.

Cada questão conduziu a uma variável que se codificou para o tratamento estatístico. Foi construída uma base de dados com as informações recolhidas dos questionários, de modo a poder analisar-se variável a variável (análise univariada).

O tratamento estatístico dos dados recolhidos foi feito através do *software* SPSS, versão 18 e são utilizadas as usuais técnicas da estatística descritiva, consoante o tipo de dados em cada variável, para apresentação, análise e interpretação dos respetivos dados. Segundo Reis (2000), esses procedimentos são realizados com o auxílio a gráficos, quadros e indicadores numéricos, de modo a que as informações neles contidas sejam visualizadas mais rapidamente e mais facilmente, com vista a que se possam tirar conclusões acerca das características/atributos mais significativos da amostra. Aplicam-se igualmente alguns testes não paramétricos de forma a apurar a existência de associação e relação entre determinadas variáveis.

A dimensão da amostra e a distribuição dos dados pode inviabilizar a aplicação de variados testes, pelo que apenas se recorre a testes não paramétricos, de modo a testar se duas variáveis são ou não independentes entre si. Os testes não paramétricos não assumem o pressuposto da normalidade dos dados tal como não lidam com parâmetros. Neste contexto recorre-se ao Coeficiente de Correlação de Spearman e ao Teste Exato de Fisher, uma vez que não se cumpriram os pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado.

Para analisar a associação entre duas variáveis, recorre-se ao Coeficiente de Correlação de Spearman (medida de associação não paramétrica), uma vez que as variáveis são do tipo ordinal e nominal, ou seja, variáveis qualitativas. Este coeficiente de correlação em vez dos valores observados utiliza a ordem dos valores observados das variáveis (Reis, 2000 e Pestana e Gageiro, 2005). Reis (2000, p.188) salienta ainda que "mesmo que os dados originais se apresentem numa escala contínua, terão de ser ordenados e é a partir destas ordenações que se calcula o coeficiente de correlação de Spearman". Este coeficiente pode tomar valores entre -1 e 1. O sinal negativo indica uma associação inversa das variáveis enquanto o sinal positivo significa que as variáveis variam no mesmo sentido. Se o coeficiente for -1, diz-se que existe uma associação perfeita negativa, se for zero significa que há ausência de associação e se for 1 diz-se que existe uma associação perfeita positiva.

O Teste Exato de Fisher é um teste não paramétrico indicado quando se pretende comparar duas populações independentes a partir de amostras de reduzida dimensão independentes entre si, sendo as variáveis dicotómicas (Maroco e Bispo, 2003), ou seja, variáveis nominais. Também se recorre à estatística do Teste Exato de Fisher, quando não estão cumpridos os pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado, ou seja, quando 20% (ou mais) das células têm frequências esperadas inferiores a 5 ou se alguma delas for igual a 0 (Hill e Hill, 2002). Contudo o Teste Exato de Fisher apenas se pode aplicar em tabelas 2 x 2, no caso de existirem várias categorias é necessário agruparem-se em categorias adjacentes até se conseguir aplicar o Teste de Independência do Qui-Quadrado ou no limite ficar uma tabela 2 x 2, passando as variáveis a serem dicotómicas. Contudo, é preciso ter algum cuidado uma vez que a junção das categorias tem que fazer sentido no contexto do estudo.

No que toca à regra da decisão, deve rejeitar-se a hipótese nula de independência e aceitar a hipótese alternativa quando o p-value é menor ou igual que o nível de significância 0,05, quando o p-value for maior não se rejeita a hipótese nula. (Pestana e Gageiro, 2005).

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir do tratamento dos dados recolhidos dos questionários recebidos. Inicialmente, apresenta-se a respetiva base de dados no que respeita às variáveis que a constituem e a codificação considerada aquando do seu tratamento estatístico. Em seguida, é feita uma análise estatística descritiva e inferencial (testes não paramétricos) à amostra recolhida. Estatisticamente, e em termos da representatividade da amostra considera-se que esta é de pequena dimensão, uma vez que o seu número de elementos é inferior a 30, no entanto apesar da dimensão da amostra, para esta ser considerada representativa deve ter características muito semelhantes às do Universo (Hill e Hill, 2002). As técnicas utilizadas no presente estudo, não implicam normalidade, logo o teste não é essencial, contudo se os dados forem normais, tanto melhor. Deste modo, testou-se a normalidade dos dados através do Teste de Kolmogorov-Smirnov (com correção de Lilliefors) e do Teste de Shapiro-Wilk, tendo-se obtido um p-value inferior a 0,05, o que permite rejeitar a hipótese da normalidade e aceitar que os dados não seguem uma distribuição normal. Por último, procede-se à discussão dos resultados.

5.1. Descrição das Variáveis que integram a Base de Dados

Com base nas respostas obtidas a partir dos questionários recebidos, foi construída uma base de dados, em que as variáveis que a constituem se apresentam no Quadro 3, tal como a sua respetiva descrição e codificação.

Quadro 3. Descrição das Variáveis que integram a base de dados

Nome	Descrição
id	Identificação da empresa (ordem de resposta)
Setor_Atv	Setor de atividade da empresa (1= Agroindústria; 2= Comércio; 3= Construção) 4= Indústria ; 5= Turismo)
Concelho	Concelho onde se localiza a empresa (1=Aljustrel; 2=Barrancos; 3=Beja; 4=Elvas; 5=Évora; 6=Montemor-o-Novo; 7=Moura; 8=Odemira; 9=Ourique; 10=Ponte de Sôr; 11=Portalegre; 12=Serpa; 13=Vendas Novas; 14=Viana do Alentejo)
Sub_Regiao	Sub_Região onde se localiza a empresa (1=Baixo Alentejo; 2=Alto Alentejo; 3 - Alentejo Litoral; 4 - Alentejo Central)
Distrito	Distrito onde se localiza a empresa (1=Beja; 2=Évora; 3=Portalegre)
Num_empreg	Número de empregados da empresa (1= Inferior ou igual a 5; 2= Entre 6 e 50; 3= Igual ou superior a51)

Vol_neg	Volume de Negócios da empresa (1= <=500.000€; 2=[500.001€;3.000.000€]; 3= >=3.000.001€)
Local_Contab	Local onde é elaborada a contabilidade da empresa (1=Empresa, 2=Gab.Externo; 3=Outro)
Out_Local_Cont	Outro local onde é elaborada a contabilidade da empresa
Imp_InfCont	Grau de importância da informação contabilística (1=Nada Importante; 2=Pouco Importante; 3=Indiferente; 4=Importante; 5=Muito Importante)
Cedula_TOC	Cédula de TOC (1= Sim; 2= Não)
Anos_TOC	Anos que é detentor da cédula TOC
Anos_ExpCont	Anos de experiência em contabilidade (1= 1-5 anos; 2= 6-10 anos; 3= 11-15 anos; 4= 16-20 anos; 5= 21 anos ou mais)
Licenc	Licenciatura (1= Sim; 2= Não)
Area_licenc	Área de licenciatura (1=Economia; 2=Gestão/Gestão Empresas; 3=Finanças; 4=Contabilidade; 5= Outra)
Out_AreaLicenc	Outra área de licenciatura
Form_Compl	Formação complementar de nível superior (1= Sim; 2=Não)
Grau_FormCompl	Grau da formação complementar de nível superior (1=Pós-Graduação; 2=Curso de Especialização; 3=Mestrado; 4=MBA; 5=Doutoramento; 6=Outro)
Out_GrauFormCompl	Outro grau de formação complementar de nível superior
Freq_FormOTOC	Frequência de formações da OTOC (1=1-3; 2=4-6; 3=7-9; 4=10 ou mais)
Form_Eventual	Formação eventual (1= Sim; 2=Não)
Form_Perman	Formação permanente (1= Sim; 2=Não)
Form_Segment	Formação segmentada (1= Sim; 2=Não)
Form_Distanc	Formação à distância (1= Sim; 2=Não)
Conferencias	Conferências (1= Sim; 2=Não)
Reuniao_Livre	Reunião livre (1= Sim; 2=Não)
Sessão_esclarec	Sessão de esclarecimento (1= Sim; 2=Não)
Out_TipoFormOTOC	Outro tipo de formação da OTOC
Erros_Contab	Erros contabilísticos cometidos no passado (1=Muitos; 2=Alguns; 3=Nenhuns)
Dec_ForaPrazo	Declarações fiscais entregues fora do prazo (1=Sim; 2=Não; 3=NS/NR)
Disp_InfCont	Disponibilização imediata da informação contabilística para as entidades bancárias (1=Sempre; 2=Quase Sempre; 3=Nem Sempre; 4=Nunca)
Compar_OutEmp	Informação contabilística comparável com outras empresas do mesmo setor de atividade (1=Sim; 2=É Indiferente; 3=Não)
Satisf_ObrFisc	Satisfazer as obrigações fiscais (1=Nada Útil; 2=Pouco Útil; 3=Razoavelmente Útil; 4=Útil; 5=Muito Útil)
Acess_CredBanc	Acesso ao crédito bancário (1=Nada Útil; 2=Pouco Útil; 3=Razoavelmente Útil; 4=Útil; 5=Muito Útil)
Aux_Decisao	Auxiliar no processo de tomada de decisão (1=Nada Útil; 2=Pouco Útil; 3=Razoavelmente Útil; 4=Útil; 5=Muito Útil)
Out_Utilid	Não tem qualquer utilidade (1=Nada Útil; 2=Pouco Útil; 3=Razoavelmente Útil; 4=Útil; 5=Muito Útil)
Out_Utilid_Espec	Outra utilidade especifica
Compreens_InfCont	Compreensibilidade da informação contabilística a todos os utilizadores (1=Muito; 2=Suficiente; 3=Pouco; 4=Nada)
Motivo_PoucCompreens	Motivos que dificultam a compreensão por parte dos utilizadores
Out_MotPoucCompre	Outro motivo que dificulta a compreensão por parte dos utilizadores

Fonte: Elaboração Própria

É importante referir que, na sequência de situação de não resposta, em algumas variáveis existem campos em branco (os chamados valores omissos ou *missing data*) que não são considerados para cálculos estatísticos. Neste estudo detetaram-se dois tipos de valores omissos que foram identificados de maneiras distintas: aqueles que resultam da ausência de resposta e aqueles em que determinada questão/variável não se aplicava à empresa. Os primeiros foram identificados pelo código 999 e os segundos por 888 de modo a que no decorrer da análise estatística os campos "em branco" da base de dados estejam devidamente identificados e não influenciem os resultados obtidos.

5.2. Apresentação dos Resultados

Tal como foi referido anteriormente aplicaram-se algumas técnicas estatísticas descritivas e inferenciais (testes não paramétricos) de forma a caracterizar as empresas respondentes. Em seguida, apresentam-se os resultados obtidos respeitando a ordem das variáveis no questionário, tendo sido utilizado o *software* SPSS, versão 18 e um nível de significância de 0,05.

5.2.1 Caracterização da Empresa

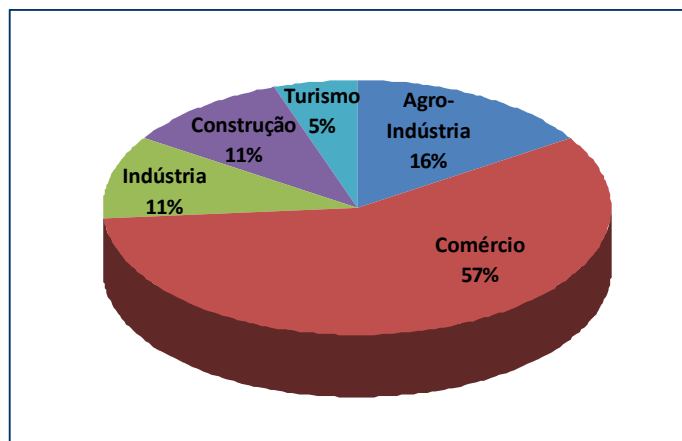
Relativamente à primeira secção do questionário, onde se inquiriu acerca das características das empresas, ou seja, onde é feita a caracterização da amostra, consideraram-se as seguintes variáveis: setor de atividade, sub-região, distrito e concelho, número de empregados e volume de negócios.

5.2.1.1. Setor de atividade

De acordo com o gráfico da Figura 2 a maior parte das empresas em estudo pertence ao setor do Comércio. Este é o setor com o maior peso percentual, representando cerca de 57% do total de empresas que constituem a amostra. Em relação a este setor, estão representadas na amostra as áreas do comércio e distribuição alimentar, comércio e distribuição de bebidas, comércio de veículos automóveis, comércio de produtos

farmacêuticos, comércio de combustíveis, comércio eletrónico, comércio de cereais e comércio de tabaco e derivados.

Figura 2. Distribuição das empresas por setor de atividade



Se analisarmos as 41 PME de Excelência da região Alentejo (a população em estudo), a maior parte pertence igualmente ao setor do comércio com um valor a rondar os 66%. Nos restantes setores a distribuição é também semelhante. Existe portanto indício de representatividade face a esta característica entre as empresas que constituem a população e as empresas que constituem a amostra.

Embora historicamente na região Alentejo, o setor primário – especialmente nas atividades de Agricultura e Pecuária – tenha tido no passado um papel mais importante do que as restantes atividades, verifica-se que atualmente existe uma maior concentração de empresas no setor terciário, especialmente na atividade de Comércio, onde se encontram a maior parte das empresas.

5.2.1.2 Sub-Região

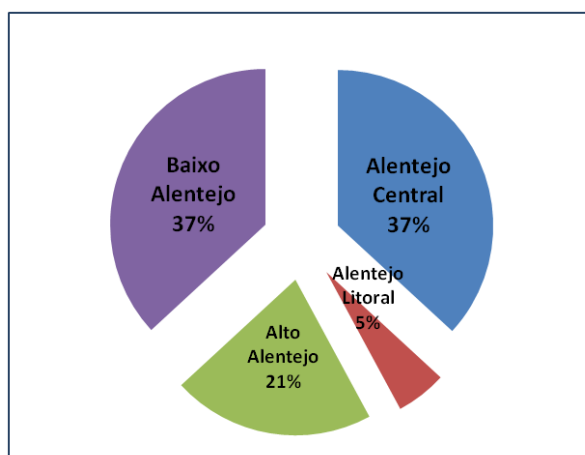
Sendo a região Alentejo o espaço geográfico sobre o qual incide o presente estudo, apurou-se a distribuição das empresas respondentes por Sub-Região (Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo) de forma a verificar se existe

concentração de empresas sediadas em determinada sub-região e apurar eventual dispersão face ao verificado no universo de empresas inquiridas.

Quando apuradas as sub-regiões a que pertencem as 41 empresas do universo em estudo verifica-se que 49% dessas empresas pertencem ao Alentejo Central (que integra o Distrito de Évora), 27% ao Baixo Alentejo (Distrito de Beja exceto Concelho de Odemira), 20% ao Alto Alentejo (Distrito de Portalegre) e os remanescentes 4% ao Alentejo Litoral (Distrito de Setúbal e Concelho de Odemira).

Na amostra constituída pelas 19 empresas que responderam ao questionário não se verifica a mesma distribuição. De facto, de acordo com o exposto na Figura 3 constata-se que as Sub-Regiões do Baixo Alentejo e Alentejo Central têm igual peso no total de empresas, representando cerca de 37% cada uma. Verificar-se-á ao longo da análise estatística se este facto indicia ou não reduzida representatividade da amostra.

Figura 3. Distribuição da amostra por Sub-Região do Alentejo



De acordo com os dados do INE (Figura 4) embora o Baixo Alentejo tenha a maior extensão territorial (8.505 km²) das sub-regiões do Alentejo, é o Alentejo Central que apresenta a maior densidade populacional (23,3 habitantes por km²) face aos restantes. É natural que o Comércio (representa 57% da amostra) enquanto atividade fornecedora de bens e/ou serviços à população apresente maior concentração em áreas mais

povoadas pois aí se encontra um maior número de potenciais clientes e portanto também maiores oportunidades de sucesso. Ainda assim este fator (densidade populacional) não parece ser justificação única na concentração de empresas por setor de atividade em determinada sub-região uma vez que as sub-regiões do Alto Alentejo e Alentejo Litoral têm densidade populacional superior ao Baixo Alentejo e no entanto esta última sub-região apresenta um maior número de PME de sucesso/excelência face àqueles.

Figura 4. Densidade populacional por Local de residência

	Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência; Anual
Alentejo Litoral	17,9
Alto Alentejo	18,5
Alentejo Central	23,3
Baixo Alentejo	14,6

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente - Ano 2009

Na amostra estudada verifica-se a situação abaixo referida (Tabela 3), não obstante da igualdade entre as sub-regiões do Alentejo Central e Baixo Alentejo. Talvez exista nestas duas sub-regiões uma melhor estrutura de apoio às empresas no que respeita à prossecução da sua atividade (a nível de serviços de transporte, comunicações, Banca, delegações regionais de organismos governamentais, entre outros).

Tabela 3. Distribuição do setor de atividade por sub-região

Sub_Regiao	Setor_Atv	Total
Alentejo Central	Comércio	5
	Indústria	1
	Turismo	1
Alentejo Litoral	Comércio	1
Alto Alentejo	Agro-Indústria	1
	Comércio	2
	Construção	1
Baixo Alentejo	Comércio	3
	Agro-Indústria	2
	Construção	1
	Indústria	1
Total		19

5.2.1.3 Distrito e Concelho

De acordo com os dados da Tabela 4, cerca de 42% das empresas respondentes estão sediadas no Distrito de Beja (que inclui o concelho de Odemira). O concelho mais representado na amostra é o concelho de Évora, pertencente ao Distrito de Évora.

Pode afirmar-se que existe uma maior concentração das empresas estudadas nas (ou perto de) cidades capitais de distrito.

Tabela 4. Distrito e Concelho da sede

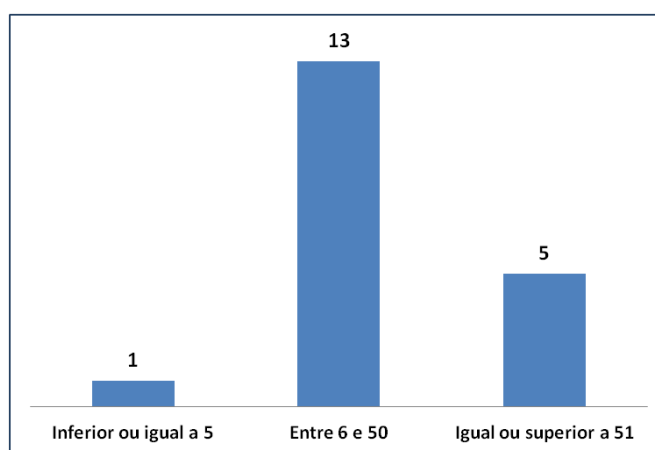
Distrito	Concelho	Total	%
Beja	Ajustrel	1	42%
	Barrancos	1	
	Beja	2	
	Moura	1	
	Serpa	1	
	Odemira	1	
	Ourique	1	
Évora	Évora	4	37%
	Montemor	1	
	Vendas Novas	1	
	Viana do Alentejo	1	
Portalegre	Elvas	1	21%
	Ponte de Sôr	1	
	Portalegre	2	
Total		19	100%

5.2.1.4 Número de empregados

De acordo com os dados obtidos, Figura 5, é possível constatar que a maioria das empresas (cerca de 68%) tem entre 6 a 50 empregados, o que significa que são empresas com uma dimensão já considerável. Apenas 26% das empresas que responderam ao questionário têm mais do que 50 empregados. Não se consegue determinar se estas empresas são micro ou pequenas entidades uma vez que o total do seu balanço não é conhecido. Contudo, mais à frente irá confrontar-se o número de empregados com o volume de negócios.

Saliente-se que no questionário se inquiriram as empresas tendo em conta os limites relativos às PME referidos nos Decretos-Lei pertencentes ao SNC, que foram referidos na primeira parte do trabalho (Ponto 2.4.), uma vez que o estudo assenta na qualidade da informação contabilística e como tal considerou-se estes limites como os mais adequados.

Figura 5. Número de empregados



Se analisarmos o número de empregados por setor de atividade (Tabela 5), verifica-se que as empresas que exploram a atividade do Comércio têm entre 6 e 50 empregados. A única empresa do setor Agroindústria tem menos do que 5 empregados. As empresas com mais do que 50 empregados incluem-se nas atividades de Comércio, Construção e Turismo.

Tabela 5. Número de empregados por setor de atividade

Num empreg	Setor Atv	Total
Inferior ou igual a 5	Agro-Indústria	1
Entre 6 e 50	Comércio	9
	Agro-Indústria	2
	Indústria	2
Igual ou superior a 51	Comércio	2
	Construção	2
	Turismo	1
Total		19

Comparando os dados por sub-região (Tabela 6) verifica-se que as empresas com mais do que 50 empregados encontram-se maioritariamente no Baixo Alentejo. A empresa com igual ou menos do que 5 empregados situa-se no Alto Alentejo.

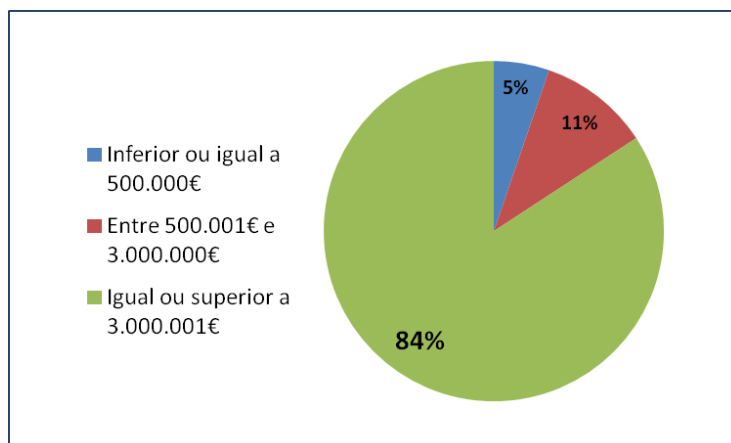
Tabela 6. Número de empregados por Sub-Região

Num_empreg	Sub_Regiao	Total
Inferior ou igual a 5	Alto Alentejo	1
Entre 6 e 50	Alentejo Central	6
	Alentejo Litoral	1
	Alto Alentejo	2
	Baixo Alentejo	4
Igual ou superior a 51	Alentejo Central	1
	Alto Alentejo	1
	Baixo Alentejo	3
Total		19

5.2.1.5 Volume de Negócios

Em relação ao volume de negócios das empresas, foram adotados nos questionários, os limites que constam no SNC, tal como já foi referido anteriormente. Ao analisar a Figura 6, pode visualizar-se que 84% das empresas da amostra apresentou no último ano disponível à data um volume de negócios igual ou superior a 3.000.001 €, o que em termos quantitativos equivale a 16 das 19 empresas.

Figura 6. Volume de negócios



Curiosamente, e de acordo com o exposto na Tabela 7, a empresa que tem igual ou menos do que 5 empregados apresenta um volume de negócios situado no 3.º escalão definido na análise. Tratar-se-á portanto de uma empresa da Agroindústria aparentemente bem-sucedida. De qualquer forma, verifica-se que por norma as empresas que apresentam um volume de negócios superior a 3 milhões de euros têm entre 6 a 50 empregados. Nada se pode concluir acerca dessas empresas uma vez que o total do balanço é desconhecido. Contudo, pode concluir-se que 2 empresas são Pequenas Entidades, uma vez que não ultrapassam dois dos três limites (nº de empregados e volume de negócios).

Tabela 7. Número de empregos por Volume de negócios

Num_empreg	Vol_negocios	Total
Inferior ou igual a 5	Igual ou superior a 3.000.001€	1
Entre 6 e 50	Entre 500.001€ e 3.000.000€	2
	Igual ou superior a 3.000.001€	10
	Inferior ou igual a 500.000€	1
Igual ou superior a 51	Igual ou superior a 3.000.001€	5
Total		19

5.2.2 Informação Contabilística

No que respeita à elaboração da informação contabilística, considera-se um conjunto de variáveis descritas em seguida.

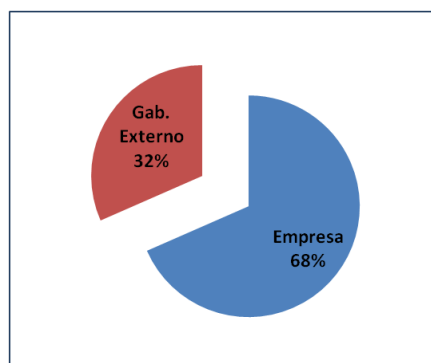
5.2.2.1 Local onde é executada a contabilidade da empresa

A informação contabilística pode ser produzida na própria empresa ou no exterior, recorrendo-se neste último caso a Técnicos de Contabilidade que exercem a sua profissão de modo independente e estão muitas vezes organizados em sociedades que prestam apoio na execução da contabilidade e noutro tipo de serviços associados.

Em cerca de 68% das empresas em estudo (Figura 7), a contabilidade é elaborada na própria empresa. Considera-se este número um fator positivo, uma vez que para tal são

necessários recursos humanos especializados, que se integrem num Departamento Financeiro ou de Contabilidade, o que é sinal que a empresa já possui uma dimensão considerável e tem autonomia suficiente para elaborar a sua própria contabilidade.

Figura 7. Local onde se elabora a contabilidade



O grau de especialização dos empregados que trabalham nas empresas, nomeadamente dos responsáveis pela elaboração da contabilidade, pode ser um fator explicativo das empresas constarem nos rankings das melhores/excelência PME.

Por outro lado, o facto da contabilidade ser elaborada na própria empresa pressupõe que a informação contabilística esteja disponível "na hora", o que em termos de processo de tomada de decisão poderá ser bastante útil.

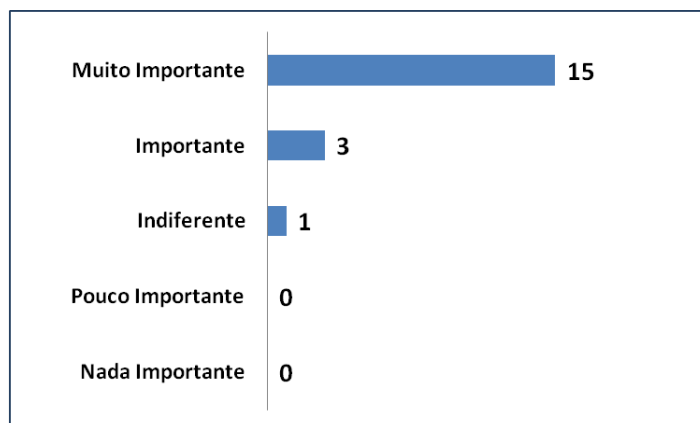
5.2.2.2 Importância da informação contabilística

Apesar da informação contabilística assumir uma grande importância por todos os factos que têm sido referidos ao longo do trabalho, esta opinião nem sempre reúne unanimidade, muitas vezes por se desconhecer as suas verdadeiras funções/utilidades na tomada de decisão na empresa.

Da análise à Figura 8 pode verificar-se que a quase totalidade dos gestores e/ou diretores financeiros referiu que considera a informação contabilística “Muito

Importante” e “Importante” para a empresa, tendo apenas uma empresa referido que é indiferente e nenhuma referido que é pouco ou nada importante.

Figura 8. Grau de importância atribuído à informação contabilística



No que toca ao único respondente que referiu que no grau de importância da informação contabilística a categoria “Indiferente”, trata-se de uma empresa pertencente ao setor do comércio, tem entre 6 a 50 empregados e um volume de negócios superior a 3 milhões de euros. Talvez para esta empresa o sucesso do seu negócio não passe pela análise dos dados contabilísticos, constituindo estes apenas uma formalidade e necessidade fiscal, ou, talvez não compreenda/saiba utilizar a informação contabilística.

Contudo, saliente-se que em cerca de 79% das respostas obtidas, as empresas consideram a informação contabilística muito importante, o que é muito positivo e pressupõe que essas empresas utilizam aquela informação no apoio à tomada de decisão.

Face aos resultados obtidos quanto ao grau de importância, apercebido pelos gestores e diretores financeiros, à informação contabilística, averiguemos se esta está dependente das características da empresa, mais especificamente quanto ao número de empregados e volume de negócios.

Pelos dados expostos na Tabela 8, parece existir associação entre o grau de importância atribuído à informação contabilística e o número de empregados, uma vez que grande parte das empresas que consideram essa informação muito importante, apresentam entre 6 e 50 empregados.

Tabela 8. Importância da Informação Contabilística pelo Número de Empregados.

Imp_InfCo	Num_empreg	Total
Indiferente	Entre 6 e 50	1
Importante	Entre 6 e 50	2
	Igual ou superior a 51	1
Muito Importante	Entre 6 e 50	10
	Igual ou superior a 51	4
	Inferior ou igual a 5	1
Total		19

Pelos dados expostos na Tabela 9, é possível verificar a predominância de um volume de negócios igual ou superior a 3.000.001€, para uma informação contabilística considerada muito importante, o que leva a supor uma eventual associação entre o grau de importância atribuído à informação contabilística e o volume de negócios.

Tabela 9. Importância da Informação Contabilística pelo Volume de Negócios

Imp_InfCo	Vol_negocios	Total
Indiferente	Igual ou superior a 3.000.001€	1
Importante	Entre 500.001€ e 3.000.000€	1
	Igual ou superior a 3.000.001€	2
Muito Importante	Entre 500.001€ e 3.000.000€	1
	Igual ou superior a 3.000.001€	13
	Inferior ou igual a 500.000€	1
Total		19

De modo a confirmar ou rejeitar a associação entre o grau de importância atribuído à informação contabilística e as características da empresa, mais especificamente quanto ao número de empregados e volume de negócios, utilize-se uma técnica não paramétrica (dada a dimensão da amostra e a não observância de normalidade dos dados), que permite descrever o grau de associação entre duas variáveis – o Coeficiente de Correlação de Spearman – para apurar a significância estatística daquela suposição.

Assim para um nível de significância de 5% (grau de confiança = 95%) não se rejeita a hipótese nula de inexistência de correlação entre as variáveis, (p-value, ou valor p, obtido > 0,05), logo pode afirmar-se que não existe associação entre a importância atribuída à informação contabilística e ao seu número de empregados bem como para com o seu volume de negócios (Anexo II). Estes resultados significam que a importância atribuída à informação contabilística por parte dos gestores da empresa em nada tem a ver com a dimensão da empresa e com o seu volume de vendas, uma possibilidade é estarem relacionados com a utilização que os gestores conferem à informação contabilística, mais especificamente no processo de tomada de decisão, mas acima de tudo é preciso os gestores compreenderem a informação contabilística, caso contrário não lhe atribuem qualquer importância nem lhe retiram qualquer utilidade.

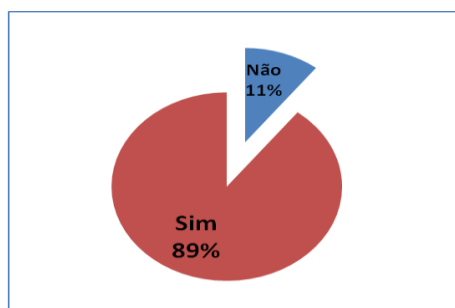
5.2.3 Caracterização do profissional responsável pela contabilidade

Neste ponto apresentam-se as variáveis que correspondem aos elementos caracterizadores do perfil do responsável pela elaboração da contabilidade.

5.2.3.1 Cédula TOC – Anos experiência profissional

Em relação ao facto do profissional da contabilidade ser detentor da cédula TOC (Técnico Oficial de Contas), 17 empresas (cerca de 89%) afirmaram que sim enquanto que apenas 2 (11%) afirmaram que não, conforme se pode verificar na Figura 9.

Figura 9. Cédula TOC



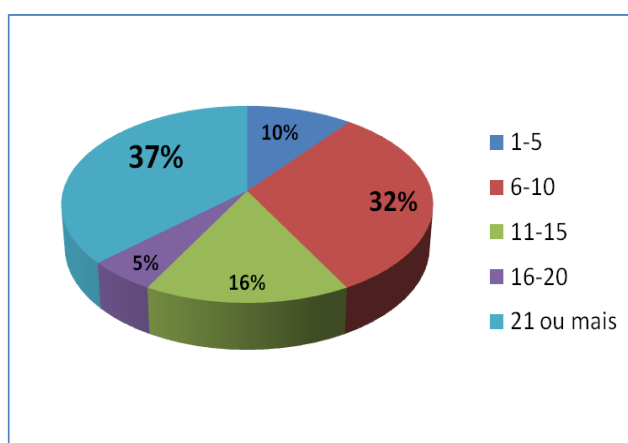
É importante referir que o profissional da contabilidade, ou seja, quem a elabora não tem que ser obrigatoriamente detentor da cédula de TOC, embora seja um TOC o responsável pela contabilidade e por todos os documentos que são entregues, sendo necessário para tal a sua respetiva vinheta. Este facto ocorre com muita frequência nos gabinetes de contabilidade, podendo também ocorrer em empresas.

No que respeita ao número de anos de experiência como TOC, as respostas obtidas no questionário indicam que em média o profissional responsável pela contabilidade é TOC há aproximadamente 17 anos (este valor pode variar entre 12 e 22 anos, considerando um grau de confiança de 95% para a média). O profissional com mais anos de TOC tem a cédula há 33 anos, e o profissional com menos anos de TOC possui cédula há 8 anos (Anexo III).

5.2.3.2 Anos de experiência em contabilidade

Da análise à Figura 10, é possível verificar que em cerca de 37% das empresas que responderam ao questionário, o profissional tem “21 ou mais” anos de experiência em contabilidade e cerca de 32% tem entre “6 a 10” anos. Assim, verifica-se que são pessoas com experiência que elaboram a contabilidade.

Figura 10. Anos de experiência do profissional na área da contabilidade



Partiu-se do pressuposto que os profissionais da contabilidade que trabalham em gabinetes externos são pessoas mais velhas, com mais anos de experiência, pelo que no

estudo subsistiu a ideia de que os profissionais da contabilidade com "21 ou mais" anos de experiência, fossem pessoas que desenvolvessem a sua atividade em gabinetes de contabilidade enquanto que os profissionais de contabilidade com menos experiência desenvolvessem a sua atividade em empresas, mais especificamente em departamentos de contabilidade ou financeiros, contudo tal não se verificou conforme se pode ver pela Tabela 10, não se destacando nenhuma categoria de anos de experiência nos dois locais de execução da contabilidade.

Tabela 10. Distribuição dos anos de experiência pelo local de execução da contabilidade

Local_Contab	Anos_ExpCont	Total
Empresa	1-5	2
	6-10	4
	11-15	2
	16-20	1
	21 ou mais	4
Gabinete Externo	6-10	2
	11-15	1
	21 ou mais	3
Total		19

Neste estudo, a qualidade da informação contabilística avalia-se pela variável "Erros_Contab", que tem como objetivo inquirir acerca dos erros contabilísticos cometidos no passado pelas empresas, ou seja, permite verificar se as empresas produzem ou não informação contabilística fiável e ausenta de erros.

É de todo importante averiguar qual a relação entre a qualidade da informação contabilística e os anos de experiência profissional, mas uma vez que essa questão constitui uma das hipóteses do estudo, será analisada no ponto 5.2.5. Hipóteses do Estudo.

5.2.3.3 Formação Académica – Área de licenciatura

Outra característica do perfil do profissional da contabilidade consiste na sua formação académica e no caso de ser licenciado na respetiva área. Em 13 das 19 empresas, cerca de 68%, o profissional da contabilidade possui licenciatura. Se verificarmos o cruzamento entre a variável licenciatura e a variável cédula TOC,

obtemos 12 profissionais com ambas as características, conforme se pode verificar na Tabela 11.

Tabela 11. Distribuição de Licenciatura por Cédula TOC

Licenc	Cedula_TOC	Total
Não	Não	1
	Sim	5
Sim	Não	1
	Sim	12
Total		19

De modo a averiguar se o facto dos profissionais da contabilidade serem detentores da Cédula de TOC, implicava serem licenciados aplicou-se um teste não paramétrico exato – Teste de Fisher – de forma a apurar se as variáveis Licenciatura e Cédula TOC são ou não independentes (Anexo IV). Para um nível de significância de 0,05, obteve-se um p-value de 1.0^{17} pelo que não se rejeita a hipótese nula de independência, uma vez que p-value é maior que o nível de significância, donde se pode afirmar que não existe relação entre o facto do profissional ser TOC e ter ou não licenciatura.

Na tabela 12, cruzou-se a variável licenciatura com a variável anos de experiência do profissional da contabilidade e conforme se pode verificar apenas as pessoas com "21 ou mais" anos de experiência não são licenciadas, enquanto que a maioria dos licenciados possui entre "6 a 10" anos de experiência. Estes números sugerem que as pessoas mais velhas, têm mais anos de experiência mas não têm formação académica superior.

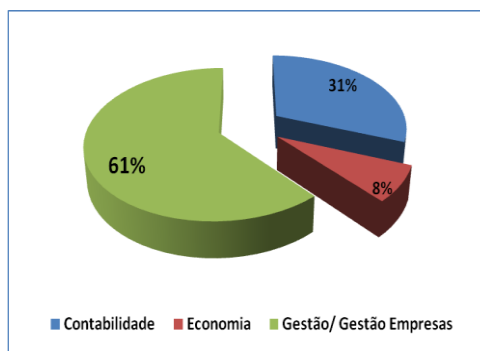
Tabela 12. Distribuição de Licenciatura por Anos de Experiência

Licenc	Anos_ExpCont	Total
Sim	1-5	2
	6-10	6
	11-15	3
	16-20	1
	21 ou mais	1
Não	21 ou mais	6
Total		19

¹⁷ Mais concretamente 0,999.

Relativamente às empresas que afirmam que o profissional da contabilidade é licenciado, cerca de 61% referiu que a sua área de licenciatura é Gestão/Gestão de Empresas, 31% referiu Contabilidade e cerca de 8% referiu Economia (Figura 11).

Figura 11. Área de licenciatura

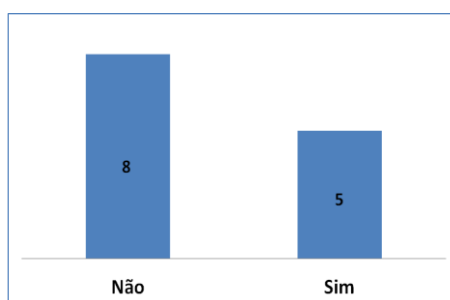


Através do Coeficiente de Correlação de Spearman testou-se a associação entre a qualidade da informação contabilística e a área da licenciatura. Os resultados mostram um p-value maior que 0,05, logo não se rejeita H_0 , pelo que não existe correlação entre as variáveis (Anexo V).

5.2.3.4 Formação Complementar de nível superior

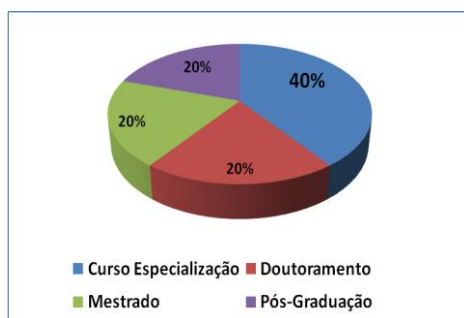
No que respeita à formação complementar de nível superior, 8 das 13 empresas (cerca de 62%) em que o profissional da contabilidade já possui licenciatura referiram que este não tem formação complementar (Figura 12).

Figura 12. Formação Complementar



Das 5 empresas que responderam afirmativamente quanto à formação complementar do profissional já licenciado, 2 referiram “Curso de Especialização”, tendo as restantes referido “Pós-Graduação”, “Mestrado” e “Doutoramento” (Figura 13).

Figura 13. Grau de Formação Complementar



Conforme se pode verificar na Tabela 13, 80% dos profissionais que têm formação académica complementar de nível superior, possui entre "6-10" anos de experiência, mais uma vez são as pessoas mais jovens que apostam na formação como fator de diferenciação e competição.

Tabela 13. Distribuição da formação complementar pelos anos de experiência em contabilidade

Form_Cmpl	Anos_ExpCont	Total
Sim	6-10	4
	16-20	1
Total		5

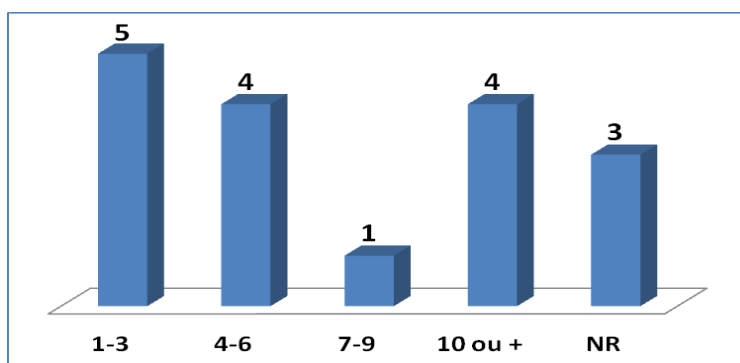
Atualmente, o mercado de trabalho encontra-se num estado de profundo desemprego, onde a concorrência é muita, o que leva a que cada vez mais as pessoas invistam numa formação complementar, de modo a serem mais competitivas e se distinguirem dos demais, não só a nível de conhecimentos mas também de Estatuto. E as empresas só têm a lucrar com isso.

5.2.3.5 Frequência e tipo de ações de formação frequentadas da OTOC

Dos 17 TOC existentes nas empresas que constituem a amostra a maioria frequenta anualmente menos de 7 sessões por ano da OTOC (ver dados na Figura 14).

As ações de formação proferidas pela OTOC são sem sombra de dúvida um complemento ao bom desempenho profissional dos TOC, uma vez que abordam os mais variados temas, fornecendo explicações, exemplos e períodos de intervenção. Existem vários tipos de ações de formação com vista aos interesses de cada profissional.

Figura 14. Número de Formações da OTOC frequentadas anualmente



Quanto ao tipo de formações da OTOC, os profissionais que frequentam até 7 ações de formação por ano ingressam maioritariamente na “Formação Eventual”. Frequentam também, mas em menor número, as Formações “Segmentada” e “à Distância”, seguidas da “Formação Permanente”, “Reuniões” e “Sessões de Esclarecimento”. Não frequentam “Conferências”.

Os profissionais que frequentam entre 7 a 9 ações de formação da OTOC por ano, abrangem todo o tipo de ações exceto a “Formação à Distância”. Já os profissionais que frequentam 10 ou mais ações de formação por ano investem maioritariamente na “Formação Permanente”, e não frequentam “Reuniões” da OTOC.

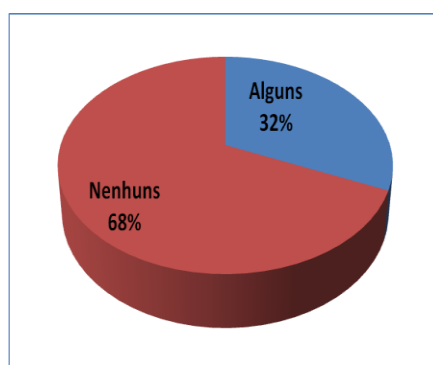
5.2.4 A qualidade da informação contabilística

Relativamente à qualidade da informação contabilística, apresentam-se as seguintes variáveis.

5.2.4.1 Erros contabilísticos

Na amostra analisada 13 empresas referiram que não cometeram nenhum erro contabilístico no passado e 6 empresas assumiram que sim (Figura 15). Ao analisarmos a base de dados constata-se que as duas únicas empresas em que o profissional da contabilidade não é TOC, referiram que não cometeram “ nenhuns ” erros contabilísticos no passado.

Figura 15. Erros contabilísticos cometidos no passado

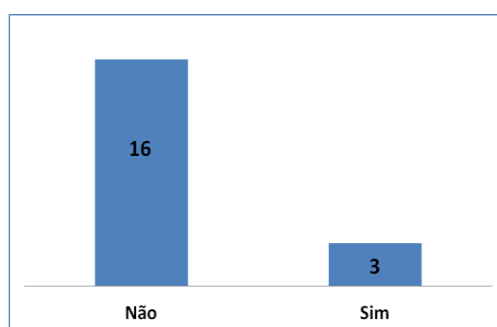


Os resultados obtidos sugerem que as cerca de 68% das empresas que não cometeram erros contabilísticos no passado, apresentam uma informação contabilística fiável e credível que tem utilidade para o processo de tomada de decisão.

5.2.4.2 Entrega de declarações fiscais fora do prazo

No que concerne às declarações fiscais entregues fora do prazo, 84% das empresas referem que isso não terá acontecido na sua empresa (Figura 16). Nas empresas onde já houve atraso na entrega das declarações fiscais o profissional da contabilidade é TOC.

Figura 16. Declarações Fiscais entregues fora do prazo



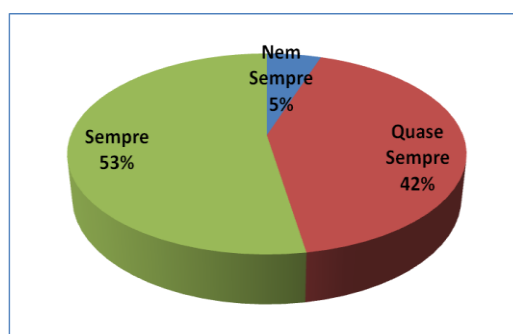
O facto das declarações serem entregues fora do prazo pode ter diversos fatores, tais como atraso na entrega da declaração por responsabilidade do profissional da contabilidade ou a não entrega atempada dos documentos por parte do cliente, embora aqui o profissional possa alegar isso a seu favor.

5.2.4.3 Disponibilidade da informação contabilística para as entidades bancárias

A informação contabilística deve estar disponível atempadamente de modo a ser útil aos seus utilizadores. Um dos utilizadores desta informação são as entidades bancárias com que a empresa trabalha ou da qual pretende obter determinado serviço/vantagem.

Ao analisar-se a Figura 17, constata-se que a maior parte das empresas tem a informação contabilística disponível de imediato “Sempre” ou “Quase Sempre” quando solicitadas pelas entidades bancárias. Apenas 5% das empresas assumem que isso “Nem Sempre” acontece.

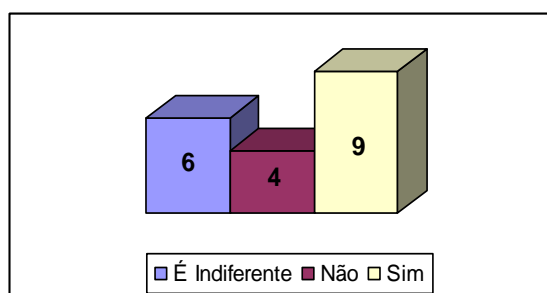
Figura 17. Disponibilização da informação contabilística para as entidades bancárias



5.2.4.4 Comparabilidade da informação contabilística

No que respeita à necessidade sentida da comparabilidade da informação contabilística no espaço (isto é, poder ser comparada com a informação contabilística de outras empresas do mesmo setor de atividade), apesar de cerca 47% das empresas afirmar que considera sentir essa necessidade, a maioria considera que tal não existe ou que lhe é indiferente (Figura 18). Isto pressupõe que talvez os utilizadores não vejam a informação contabilística como uma ferramenta de análise na comparação com outras empresas do mesmo setor, não percebendo talvez que conclusões devam tirar dessa análise. No entanto, o facto das empresas compararem a sua informação contabilística no tempo, ou seja, com o ano anterior já é bastante útil.

Figura 18. Comparabilidade da Informação Contabilística



Se analisarmos as respostas obtidas por setor de atividade da empresa (Tabela 14) verifica-se que é no setor do Comércio que existem empresas com diferentes perspetivas sobre este aspeto. As empresas de Construção não sentem necessidade de comparar a informação contabilística com as suas empresas do mesmo ramo.

Tabela 14. Informação Contabilística comparável no espaço

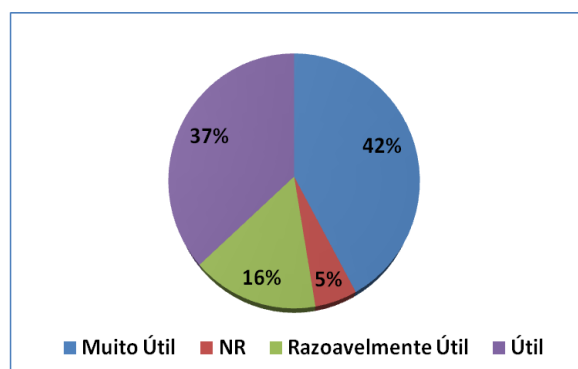
Setor_Atv	Compar_OutEmp	Total
Agro-Indústria	Sim	1
	É Indiferente	2
Comércio	É Indiferente	3
	Não	2
	Sim	6
Construção	Não	2
Indústria	É Indiferente	1
	Sim	1
Turismo	Sim	1
Total		19

De forma a apurar a existência de associação entre o setor de atividade da empresa e a necessidade que esta sente de comparar a informação contabilística com empresas do mesmo ramo, utilizou-se o Coeficiente de Correlação de Spearman no qual se obteve um p value de 0,821, que é maior que 0,05, e um coeficiente muito próximo de zero (0,056), pelo que se assume que não existe relação entre as variáveis (Anexo VI).

5.2.4.5 Utilidade da informação contabilística

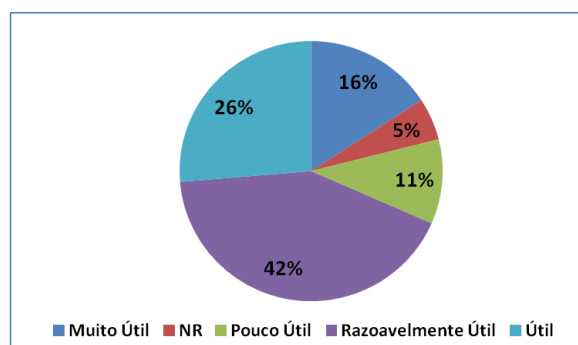
Como se pode observar no gráfico da Figura 19, 42% das empresas considera que a informação contabilística é muito útil na satisfação das obrigações fiscais. Nenhuma empresa respondeu “nada útil” ou “pouco útil”.

Figura 19. Satisfação das Obrigações Fiscais



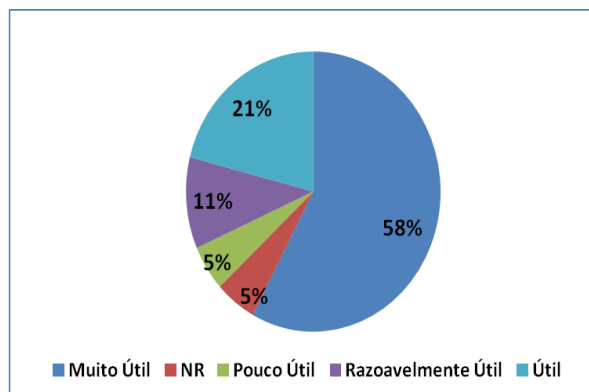
No que respeita à utilidade da informação contabilística para aceder ao crédito bancário (Figura 20), 42% das empresas refere que é “razoavelmente útil”, e apenas 16% referem “muito útil”.

Figura 20. Aceder ao Crédito Bancário



Em 58% das empresas (Figura 21) considera-se que a informação contabilística é “muito útil” no processo de tomada de decisão do gestor/diretor financeiro da empresa.

Figura 21. Processo de tomada de decisão



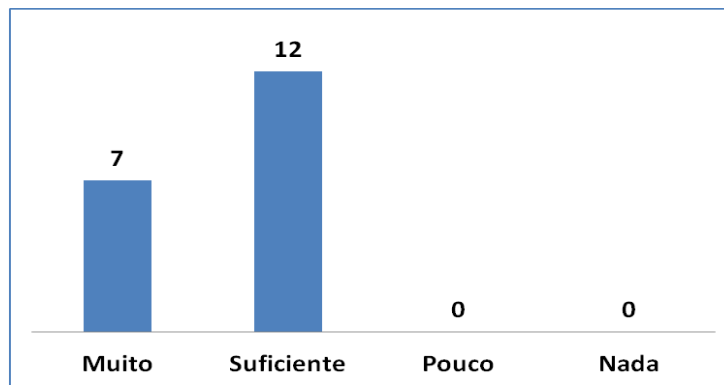
Em suma, no que toca à utilidade da informação contabilística ser "muito útil", 58% das empresas consideram essa grande utilidade para o processo de tomada de decisão, 42% na satisfação das obrigações fiscais e apenas 16% no acesso ao crédito bancário.

5.2.4.6 Compreensibilidade da informação contabilística a todos os seus utilizadores

Acerca do grau apercebido de compreensibilidade da informação contabilística a todos os seus utilizadores cerca de 63% da amostra referiu que aquela é suficientemente compreensível (Figura 22). Esperar-se-ia que, dado que a maior parte dos gestores/diretores financeiros das empresas inquiridas refere utilizar a informação contabilística como auxiliar no processo de tomada decisão, houvesse um maior número de empresas onde a compreensão dos dados contabilísticos fosse elevada e não apenas “suficiente”.

Ainda assim, nenhuma das empresas referiu que a informação contabilística fosse “pouco” ou “nada” compreensível, o que parece ser positivo dada importância que se crê que os dados contabilísticos da empresa tenham na sua estratégia e monitorização da sua atividade.

Figura 22. Compreensão da informação contabilística



Volta a lembrar-se que a compreensibilidade é uma das características qualitativas principais e, para que a informação divulgada nas demonstrações financeiras possa ter utilidade, deve ser facilmente compreensível e interpretada pelos seus utilizadores.

5.2.5. Hipóteses do Estudo

Como já foi dito anteriormente, o objetivo principal deste estudo consiste em averiguar a relação entre a qualidade da informação contabilística, na ótica dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo, e as características de perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação. Ou seja, pretende verificar-se até que ponto características como a posse de Cédula TOC, os anos de experiência profissional, a formação académica, a formação complementar de nível superior e a participação em ações de formação da OTOC interferem na qualidade da informação contabilística produzida.

Neste estudo, a qualidade da informação contabilística é avaliada pela variável "Erros_Contab", que tem como objetivo inquirir as empresas acerca dos erros contabilísticos cometidos no passado, ou seja, permite verificar se as empresas produzem ou não informação contabilística fiável e ausenta de erros. Para conseguir tal objetivo, vão testar-se as hipóteses presentes no Quadro 4, que já tinham sido apresentadas anteriormente:

Quadro 4. Teste Exato de Fisher aplicado às hipóteses do estudo

	Hipóteses	p-value obtido	Decisão: Rejeitar ou não Rejeitar H0*
H1	A qualidade da informação contabilística é independente da detenção da cédula profissional de TOC.	1,000**	Não se rejeita H0
H2	A qualidade da informação contabilística é independente dos anos de experiência profissional.	1,000	Não se rejeita H0
H3	A qualidade da informação contabilística é independente da formação acadêmica.	0,605	Não se rejeita H0
H4	A qualidade da informação contabilística é independente da formação complementar de nível superior.	0,075	Não se rejeita H0
H5	A qualidade da informação contabilística é independente da participação em ações de formação da OTOC.	1,000	Não se rejeita H0

* Para um nível de significância de 0,05.

** Mais concretamente 0,999.

Uma vez que não se cumpriram os pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado para testar a independência entre as variáveis, recorreu-se ao Teste Exato de Fisher, visto que $n < 20$. Importa lembrar que ao aplicar-se um teste se está a testar a hipótese nula de independência entre as variáveis, caso seja rejeitada aceita-se a hipótese alternativa de dependência entre as variáveis.

O recurso ao Teste Exato de Fisher levou a algumas alterações, uma vez que as variáveis que apresentavam várias categorias tiveram que ser agrupadas de modo a ficarem dicotômicas e obterem-se tabelas 2x2 (condição necessária à aplicabilidade do teste). As variáveis agrupadas foram as seguintes: erros contabilísticos, anos de experiência em contabilidade e frequência de ações de formação da OTOC.

De acordo com os resultados obtidos no quadro 4 (Anexo VII), é possível verificar que a qualidade da informação contabilística não depende de nenhuma das características do perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação. Sendo assim, não se rejeita nenhuma das hipóteses do estudo, visto que não há qualquer dependência entre as variáveis.

5.3. Discussão dos resultados

Após a análise aos resultados apresentados no ponto anterior é possível constatar que, na amostra das PME de Excelência da região Alentejo predomina como setor de atividade o comércio (57%), destacando-se o Turismo como o setor com menor atividade (5%). No que toca à estrutura das empresas, predominam as que possuem entre 6 e 50 empregados (68%), apresentam um volume de negócios igual ou superior a 3.000.001 € (84%) e a contabilidade é executada na própria empresa (68%), ou seja, são empresas que já apresentam uma dimensão considerável face a um tecido empresarial marcado maioritariamente por micro entidades.

Em relação à importância atribuída à informação contabilística, os gestores consideram-na muito importante (79%), contudo existe uma empresa que considera este tipo de informação indiferente. Cruzou-se a importância da informação contabilística com o número de empregados e o volume de negócios, não se verificando qualquer associação entre as variáveis.

Quanto ao perfil do profissional da contabilidade, na maior parte das empresas, segundo a ótica dos gestores/diretores financeiros, o profissional da contabilidade é TOC (89%), sendo 17 a média de anos que o profissional possui cédula de TOC; relativamente aos anos de experiência predominam os profissionais com "21 ou mais" anos (37%), seguindo-se os profissionais que possuem entre "6 e 10" anos de experiência (32%); é licenciado (68%) possuindo a maioria entre "6 e 10" anos de experiência, verificando-se que os restantes 32% que não são licenciados são pessoas que possuem "21 ou mais" anos de experiência, ou seja as pessoas mais velhas possuem mais experiência mas não têm formação académica. Apenas 5 dos 13 licenciados têm

formação complementar de nível superior, possuindo 4 desses profissionais experiência em contabilidade entre "6 e 10" anos, o que significa que são as pessoas mais jovens que apostam na formação académica complementar, como fator de diferenciação num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Relativamente às ações de formação da OTOC, a maioria frequenta anualmente menos de 7 sessões, prevalecendo uma preocupação com as alterações e evolução do sistema contabilístico em Portugal. Relativamente ao perfil do profissional, cruzou-se a variável "anos de experiência em contabilidade" com a variável "local de execução da contabilidade", por subsistir a ideia de que são as pessoas mais velhas com mais anos de experiência que trabalham em gabinetes de contabilidade, enquanto as pessoas mais jovens, com formação académica e menos anos de experiência trabalham nos departamentos contabilísticos/financeiros das empresas. Pelo resultado obtido não se verifica o pressuposto anteriormente enunciado, ou seja, não se destaca nenhuma das categorias de anos de experiência nos dois locais de execução da contabilidade.

No que concerne à qualidade da informação contabilística, na ótica dos gestores/diretores financeiros, a maioria das empresas não cometeu nenhum erro contabilístico no passado (68%), não entregou declarações fiscais fora do prazo (84%), disponibiliza a informação de imediato às entidades bancárias (53%), considera existir necessidade da informação ser comparável com a de outras empresas do mesmo setor (47%), destacando-se a área do comércio onde prevalece essa necessidade de comparar, contudo não existe associação entre as variáveis setor de atividade e comparabilidade da informação com outras empresas do mesmo setor.

Quanto à utilidade da informação contabilística, o item "auxiliar no processo de tomada de decisão" é a opção que reúne maior percentagem na categoria "muito útil" (58%), seguindo-se a satisfação das obrigações fiscais (42%) e por último o acesso ao crédito bancário (16%). Estes resultados sugerem que a ideia de que a principal utilidade da informação contabilística seria a satisfação das obrigações fiscais já está ultrapassada, sendo a informação contabilística hoje em dia uma ferramenta imprescindível no apoio à tomada de decisão. Segundo os gestores/diretores financeiros das empresas, a informação contabilística é suficientemente compreensível a todos os seus utilizadores (63%).

De acordo com os resultados obtidos no Teste Exato de Fisher, não se rejeita nenhuma das hipóteses nulas, uma vez que não se verifica qualquer relação de dependência entre as variáveis. Logo, não se consegue provar que a qualidade da informação contabilística está relacionada com o perfil do profissional responsável pela contabilidade, muito pelo contrário, não há qualquer relação entre as variáveis que constituem as hipóteses.

Em suma, neste estudo, no que toca aos objetivos geral e específicos inicialmente definidos pode concluir-se que:

1. Objetivo Geral – A qualidade da informação contabilística é independente do perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação, não existindo qualquer relação entre a qualidade da informação e o facto do profissional responsável pela contabilidade ser detentor da cédula de TOC, ter muitos anos de experiência, ter formação académica, ter formação complementar de nível superior ou frequentar ações de formação da OTOC.
2. Objetivo Específico 1 – O perfil do profissional da contabilidade, na maioria das PME de Excelência da região Alentejo inquiridas, é TOC possuindo a cédula profissional em média há 17 anos; tem "21 ou mais" anos de experiência em contabilidade; é licenciado, não tem formação complementar de nível superior e frequenta anualmente menos de 7 ações de formação da OTOC.
3. Objetivo Específico 2 – A maioria dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo que compõe a amostra considera a informação contabilística muito importante para a empresa.
4. Objetivo Específico 3 – A principal utilização da informação contabilística pelos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo inquiridas consiste em auxiliar no processo de tomada de decisão.

Tendo em conta a importância da revisão de literatura para o presente trabalho, onde se demonstrou a relevância do tema através dos estudos apresentados, não foi encontrado nenhum que relacione a qualidade da informação contabilística com o perfil

do profissional responsável pela elaboração dessa informação, pelo que não existe uma base de comparação face aos resultados obtidos neste trabalho. No entanto, na revisão de literatura ficou comprovada pelos estudos de diversos autores a importância da qualidade da informação contabilística e da sua necessidade para o sucesso das empresas.

A necessidade de um relato financeiro mais exigente, a necessidade da comparabilidade, a atualização constante a nível contabilístico na Europa, tornou a qualidade da informação contabilística um tema central e prioritário, tanto para os profissionais da contabilidade como para as empresas. De acordo com os estudos apresentados, com a adoção das normas internacionais de contabilidade alcança-se uma qualidade superior da informação contabilística face aos normativos nacionais. Na opinião dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo, a informação contabilística é considerada muito importante e a sua principal utilidade consiste em auxiliar no processo de tomada de decisão.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

6.1. Conclusões e Contributos

Em virtude dos vários escândalos financeiros que ocorreram nos últimos tempos e que ameaçaram a credibilidade das áreas contabilística e de auditoria, a qualidade da informação contabilística assume uma importância cada vez maior na medida em que é essencial à sobrevivência e ao bom funcionamento das empresas, útil no processo de tomada de decisão, assumindo um papel decisivo neste atual cenário de crise, que coloca em risco milhares de PME em Portugal. Esta preocupação em torno da qualidade da informação foi visível ao longo da revisão de literatura, onde foram abordados vários estudos que relacionam a adoção das IAS/IFRS do IASB com a qualidade da informação contabilística. Uma qualidade elevada da informação contabilística melhora o grau de comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras.

Este estudo fornece um importante contributo na medida em que permitiu dar resposta ao problema de investigação, que consistia em averiguar qual a perceção dos gestores/diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo no que respeita à relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação, uma vez que são estes que no dia a dia são confrontados com a tomada de decisões importantes que influenciam o futuro e sucesso da empresa. De forma a caracterizar o perfil do responsável pela elaboração da contabilidade definiram-se os seguintes elementos: ser detentor de cédula TOC, os anos de experiência, ter formação académica, ter formação complementar de nível superior e frequentar ações de formação da OTOC.

Com o intuito de atingir e complementar o objetivo geral definiram-se objetivos específicos, que se recordam aqui: caracterizar o perfil do profissional responsável pela elaboração da contabilidade nas PME de Excelência da região Alentejo (Objetivo 1); avaliar a importância atribuída à informação contabilística pelos gestores e diretores financeiros das PME (Objetivo 2); e identificar qual a utilidade da informação contabilística para os gestores e diretores financeiros das PME (Objetivo 3).

Face aos resultados obtidos, constatou-se que a maioria das PME de Excelência da região Alentejo que constituem a amostra pertence ao setor do comércio, tem entre 6 e 50 empregados, apresenta um volume de negócios igual ou superior a 3.000.001 € e a contabilidade é executada na própria empresa, o que revela uma dimensão considerável para um tecido empresarial maioritariamente constituído por microentidades.

A maioria dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo considera a informação contabilística muito importante, constituindo esta a base de muitas decisões do seu dia a dia. Por isso, é essencial a informação contabilística ser relevante, fiável, comparável e compreensível, de forma a poder colmatar as necessidades dos seus utilizadores, mais especificamente quem a utiliza diariamente como é o caso dos gestores e diretores financeiros.

No que toca à principal utilização da informação contabilística, a maioria dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo considera que consiste em auxiliar no processo de tomada de decisão, o que significa que a ideia da informação contabilística servir apenas para apuramento de impostos, ou seja, satisfazer as obrigações com o fisco, está completamente ultrapassada.

Relativamente ao perfil do profissional da contabilidade das PME de Excelência da região Alentejo inquiridas, a maioria é TOC possuindo a cédula profissional em média há 17 anos; tem "21 ou mais" anos de experiência em contabilidade; é licenciado, não tem formação complementar de nível superior e frequenta anualmente menos de 7 ações de formação da OTOC.

No que concerne ao objetivo geral do estudo, verificou-se que na opinião dos inquiridos (gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo) a qualidade da informação contabilística é independente do perfil do profissional responsável pela elaboração dessa informação, não existindo relação entre a qualidade da informação e os elementos caracterizadores de perfil enumerados anteriormente, pelo que não se rejeita nenhuma das hipóteses nulas enunciadas anteriormente.

Apesar dos estudos abordados na revisão de literatura retrarem a qualidade da informação contabilística e as áreas com ela relacionada, não foi encontrado nenhum

que avalie a relação das características de perfil destes profissionais com a qualidade da informação contabilística produzida, pelo que não existe uma base de comparação a nível de resultados. No entanto, foi possível constatar pela revisão de literatura a relevância do tema, constituindo umas das preocupações principais da atualidade a nível contabilístico, sobretudo após a adoção das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. De acordo com os estudos apresentados, com a adoção das normas internacionais de contabilidade alcança-se uma qualidade superior da informação contabilística face aos anteriores normativos nacionais. No que concerne aos TOC, profissionais da contabilidade, verifica-se que concordam com a adoção das NCRF e que estas têm um impacto elevado nas empresas e nas suas DF, nomeadamente a nível de comparabilidade e de um relato financeiro mais exigente e completo. Os resultados destes estudos são complementados pelos resultados deste trabalho na medida em que os gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo consideram a informação contabilística muito importante para o sucesso das empresas.

Finalizando, considera-se que o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo foram cumpridos, tendo em conta as suas limitações, embora os resultados não fossem os expectáveis ou desejados. A expectativa inicial incidia na perceção que existia uma possível relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional da contabilidade ou pelo menos com algum dos fatores definidos como caracterizadores do perfil, contudo tal não se verificou, pelo que se depreende que não existe relação.

6.2. Limitações

Neste tipo de trabalhos são sempre inevitáveis as limitações e vários são os obstáculos encontrados que acabam sempre por condicionar os resultados obtidos.

A primeira limitação, talvez a principal, é a dimensão do universo e não o tamanho da amostra como acontece em outros estudos, pois a taxa de resposta foi cerca de 46,34%, embora fosse expectável um maior número de respostas ao questionário face às várias tentativas de obtenção de resposta. Este facto limitou os testes estatísticos possíveis de aplicar e pode afetar a representatividade da amostra. Quando se definiu o universo do estudo, esperava-se que as PME de Excelência da região Alentejo

estivessem presentes em maior número nos rankings nacionais, o que não se verificou e acabou por limitar em parte a obtenção de dados. Teria sido interessante fazer o estudo a nível nacional, mas o fator tempo e disponibilidade assim não o permitiram, pois poderia ter-se chegado a outros resultados.

A segunda limitação foi a ausência de outros estudos sobre o perfil do profissional da contabilidade e que se relacionem com a qualidade da informação contabilística produzida, pelo que não existe base de comparação face aos resultados obtidos.

A terceira limitação prende-se com o facto da qualidade da informação contabilística não ser diretamente observável, mas sim fruto do conjunto de inúmeros fatores e não apenas do perfil do profissional da contabilidade, pelo que se admitiram alguns pressupostos no conceito de qualidade. Pode tentar medir-se através de várias questões, não sendo certo que se consiga afirmar com certeza absoluta que existe qualidade a nível contabilístico, visto tratar-se de um conceito subjetivo.

Outro facto "contra" é a veracidade das respostas, muitas vezes existe a tendência/necessidade de se passar "uma boa imagem" por vários motivos, que já foram referidos na primeira parte do trabalho. É um fator complexo e qualitativo o que dificulta a sua perceção, não deixando contudo de ser extremamente importante.

Foi notória a grande dificuldade em passar para questionário, o que de facto se pretendia analisar, pois o facto de serem as Melhores PME ou as PME de Excelência partia-se do pressuposto que tem qualidade contabilística, embora só um estudo exaustivo a cada uma das empresas o pudesse comprovar e mesmo assim na prática seria extremamente difícil chegar a toda a informação que, tanto pelo tempo que isso implica como os custos e acima de tudo o sigilo em torno de certas questões/procedimentos/documentos.

Apesar das limitações e dificuldades encontradas ao longo do trabalho, considera-se que os objetivos foram cumpridos e se conseguiu dar resposta ao problema de investigação, visto que foi possível verificar que a qualidade da informação contabilística é independente do perfil do profissional responsável pela elaboração dessa

informação, segundo a perspectiva dos gestores e diretores financeiros das PME de Excelência da região Alentejo.

6.3. Sugestões para futuros trabalhos

Em relação a investigações futuras, a qualidade da informação contabilística constitui um tema interessante, controverso e ainda pouco explorado. Revela-se um tema importante de estudo na medida em que a ausência de qualidade na informação contabilística acaba por comprometer a sua credibilidade e utilidade, o que pode conduzir a fracassos e decisões erradas por parte das empresas. Assim, poderia estudar-se que outros fatores podem afetar a qualidade da informação contabilística ou identificar outros elementos caracterizadores do perfil do responsável pela elaboração da contabilidade, visto que o tipo de informação contabilística divulgada é fruto de quem a elabora.

Tendo como referência este trabalho, sugerem-se duas opções de investigação: um estudo mais abrangente e aprofundado, nomeadamente a nível nacional ou um estudo que contemple as Grandes Empresas de Portugal, visto que seria útil confrontar a realidade PME/Grandes Empresas, nomeadamente a nível da relação entre a qualidade da informação contabilística e o perfil do profissional da contabilidade que predomina nesse tipo de empresas.

BIBLIOGRAFIA

Alves, M. C. G. (2003). Relevância da Informação Contabilística – Abordagem Teórica e Estudo Empírico. In *XIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica*, fevereiro.

Amat, O. & Blake, J. (1996). *Contabilidad Creativa*. Barcelona: Ediciones Gestión 2000.

Amat, O., Blake, J. & Oliveras, E. (1999). The Struggle Against Creative Accounting: Is 'True and Fair View' Part of the Problem or Part of the Solution? *UPF Economics Working Paper 363*, p.1-30. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=159235>, acesso a 27-03-2011.

Amorim, J. (coord.) (2010). *Sistema de Normalização Contabilística – Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade*. Porto: Vida Económica.

Ball, R. (2006), International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. *Accounting and Business Research, Forthcoming*. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=929561>, acesso 20-03-2011.

Barth, M., Landsman, W. & Lang, M. (2007). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Research Papers Series, Stanford Graduate School of Business, Research Paper n° 1976*, september, p.1-52.

Bartov, E., Goldberg, S. & Kim, M. (2002). Comparative Value Relevance Among German, U.S. and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=316525>, acesso 21-03-2011.

Bernstein, L. A. (1992). A financial analyst's guide to accounting Quality, *Business Credit*. Disponível em <http://www.allbusiness.com/accounting/280963-1.html>, acesso a 20-02-2011.

Bertolino, G., Judais, A., Mileti, M., Vazquez, C. & Veron, C. (2000). Los Informes Contables de las PYMES: orientación al usuario. In *Quintas Jornadas "Investigaciones en la Facultad" de Ciencias Económicas y Estadística*. Universidade Nacional de Rosario, Argentina, p.53-64.

Biddle, G., Hilary, G. & Verdi, R. (2009). How does financial reporting quality improve investment efficiency? *Working paper*, MIT, p.1-44.

Blasco Lang, J. J. (1998). De la contabilidad creativa al delito contable. *Partida Doble*, n° 85, p.33-39.

Callén, Y. F. & Gadea, José A. L. (2004). Deficiencias y alternativas de la información contable actual. *Partida Doble*, n° 152.

Christensen, H. B., Lee, E., & Walker, M. (2008). Incentives or Standards: What Determines Accounting Quality Changes Around IFRS Adoption? *AAA 2008 Financial*

Accounting and Reporting Section (FARS) Paper. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1013054>, acesso em 12-02-2011.

Comissão Europeia (2002). *Regulamento (CE) n° 1606/2002*, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Comissão Europeia (2003), *Recomendação 2003/361/CE*, relativa à definição de PME, 6 de maio.

Comissão Europeia (2008). *Final Report of the Expert Group: Accounting Systems For Small Enterprises- Recommendations and Good Practices*, november.

Cravo, D. J. S. (1991). Considerações em torno do Paradigma da Utilidade. *In Atas das IV Jornadas de Contabilidade do ISCAA*, Aveiro, p.303-322.

Deaconu, A., Filip, C. & Buiga, A. (2008). Solutions for measuring the quality of the accounting information. *Accounting and Management Information Systems*, n° 24.

Decreto-Lei n° 47/77, de 7 de fevereiro. *Diário da República n° 31, 2º Suplemento – Série I*. Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças.

Decreto-Lei n° 410/89, de 21 de novembro. *Diário da República n° 268 – Série I*. Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n° 238/91, de 2 de julho. *Diário da República n° 149 – Série I*. Ministério das Finanças e da Justiça.

Decreto-Lei n° 44/99, de 12 de fevereiro. *Diário da República n° 36 – Série I*. Ministério das Finanças

Decreto-Lei n° 79/2003, de 23 de abril. *Diário da República n° 95 – Série I*. Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de fevereiro. *Diário da República n° 34 – Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro. *Diário da república n° 213 – Série I*. Ministério da Economia e da Inovação.

Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de julho. *Diário da República n° 133 – Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n° 159/2009, de 13 de julho. *Diário da República n° 133 – Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n° 36-A/2011, de 9 de março. *Diário da República n° 48 – Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Deloitte (2011). Use of IFRS by jurisdiction. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/resources/use-of-ifrs>

FASB - Financial Accounting Standards Board (1980). *Statement of Financial Accounting Concepts N.º 2 Qualitative Characteristics of Accounting Information*.

Fernandes, J. S. (2008). *Información financiera en soporte electrónico: un análisis de las empresas portuguesas*. Tesis Doctoral, Universidad de Huelva, Espanha.

Fernandes, P. (2007). *O Impacto da Entrada em Vigor das IFRS na Gestão de Resultados: A Experiência Ibérica*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.

Fialho, A., Teixeira, C., Malheiro, M. & Marques M. (2007). A harmonização contabilística internacional para as PME. *Revista TOC*, n.º86, maio.

Freitas, G. (2007). As características qualitativas definidas pelo IASB: Alterações impostas pelo referencial fair value. Universidad de La Rioja. *Conocimiento, innovación y emprendedores: camino al futuro*, vol. 1, n.º1, p.913-927. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2233248&orden=75139, acesso 27-04-2011.

Gabás Trigo, F., Abadía, J. M. M, Pérez-Gruoso, A. J. B. & Jarne, J. I. J. (1996). Análisis de la demanda de información financiera en la coyuntura actual. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Vol. XXV, n.º 86, enero-marzo, p.103-137.

Gadea, J. L. & Gastón, S. C. (1999). *Contabilidad Creativa*. Madrid: Civitas Ediciones, S.L.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

Gonçalves, A. C. (2005). Contabilidade criativa ou engenharia contabilística, *Revista TOC*, n.º 67, outubro, p. 36-48.

Grima, A., García Benau, M. & Pucheta Martínez, M. (2004). Calidad, un nuevo concepto clave en el desenlace del proceso de armonización contable internacional. *AECA – Revista Española de Financiación y Contabilidad*, vol. XXXIII, n.º 121, abril-junio, p.313-347.

Guimarães, J. F. C. (2004). A Contabilidade – Utilidade para a gestão (decisão). *Revista TOC*, n.º 54, p.36-41.

Guimarães, J. F. C. (2011). Os utentes das Demonstrações Financeiras – Do POC ao SNC, *Revista Electrónica INFOCONTAB*, n.º 54, julho, p.10-16.

Hagen, J. & Wolff, G. (2006). What do deficits tell us about debt? Empirical evidence on creative accounting with fiscal rules in the EU. *Journal of Banking & Finance*, n.º 30, p.3259–3279.

Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. (4ª ed. revista e corrigida). Lisboa: Edições Sílabo.

Hribar, P., Kravet, T. & Wilson, R. (2010). A New Measure of Accounting Quality. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1283946>, acesso 22-03-2011.

Hung, M. & Subramanyam, K.R. (2004). Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: the Case of Germany. *Review of Accounting Studies*. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=622921>, acesso 17-04-2011.

Khanagha, J. (2011). International Financial Reporting Standards (IFRS) and Value Relevance of Accounting Information: Evidence from Bahrain and United Arab Emirates Stock Markets. *African Journal of Social Sciences*, vol. 1, nº1, p.101-114.

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (2010), *Lista PME Excelência 2010*. Disponível em <http://www.iapmei.pt/resources/download/ListaPMEEexcelencia2010.xls>

IASB - International Accounting Standards Board (1989). *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*.

Instituto Nacional de Estatística (2010). *Micro, Pequenas e Médias Empresas em Portugal, Estudos Sobre Estatísticas Estruturais das Empresas – 2008*, p.1-13. Disponível em www.ine.pt

Levitt, A. (1998). The Importance of High Quality Standards. *Accounting Horizons*, vol. 12, n.º 1, p.79-82.

Lopes de Sá, A. (1998). Valor Social da Contabilidade sob uma Ótica de Harmonia para a Globalização. *Estudos do I.S.C.A.A II Série*, nº 3 e 4, 1997/98, Revista de Publicação Anual, p.8-21.

Lopes de Sá, A. (2007). Normalização, Legalidade, Fiscalidade, Gestão e Ciência Contábil. *Publicación "Contabilidad y Auditoría" – Edição Universidade de Buenos Aires*, nº 26, ano 13, diciembre, p.53-74.

Marconi, M. & Lakatos, E. (2002). *Técnicas de pesquisa*. (5ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Editora Atlas.

Maroco, J. & Bispo, R. (2003). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Climepsi Editores.

Martins, O. (2007). *O endividamento bancário e a qualidade da informação financeira: um estudo para o caso português*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.

Mayoral, J. M. (1997). *Entre la contabilidad creativa y el delito contable- la vision de la contabilidad privada*. Universidad de Extremadura, junho, Badajoz.

Mendes, C. & Rodrigues, L. (2007). Determinantes da Manipulação Contabilística. *Tékhnē – Revista de Estudos Politécnicos*, vol. IV, nº 7, p.189-210.

- Morais, A. I. & Curto, J. D. (2008). Accounting Quality and the Adoption of IASB Standards – Portuguese Evidence. *Revista Contabilidade & Finanças*, vol.19, n.º48, p.103-111.
- Moreira, J. A. (2006). A manipulação dos resultados das empresas: um contributo para o estudo do caso português. *Working Paper*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, p.1-49.
- Nanda, D. & Wysocki, P. (2011). The Relation between Trust and Accounting Quality. *In Conferência em Cambridge*, dezembro de 2011.
- Penman, S. H. (2002). *The Quality of Financial Statements: Perspectives from the Recent Stock Market Bubble*. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=319262>, acesso a 26-03-2011.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para Ciências Sociais – A complementaridade do SPSS*. (4ª ed. revista e aumentada). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pires, A. & Rodrigues, F. (2008). O impacto da adopção das NIC/NIRF nas micro e PME's portuguesas. *In encontro AECA – Asociación Española de Contabilidad y Administración*, XIII, Aveiro, p.1-17.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ª ed.) Lisboa: Gradiva.
- Reis, E. (2000). *Estatística Descritiva*. (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Revista Exame (2010). *Dossier Especial: As melhores PME*, nº 320, p.150-167.
- Ribeiro, I. (2010). *Impacto das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro nas Empresas Portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Portugal.
- Rocha, A. S. (2006). Nova definição de micro, pequenas e médias empresas. *Revista TOC*, nº 70, p.46-49.
- Santos, M. J. (2010). *A Adopção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) – Percepção dos Profissionais da Contabilidade*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.
- Sherman, H. D. & Young, S. D. (2001). Tread lightly through these accounting minefields. *Harvard Business Review*, july-august, p.129-135.
- Silva, N. (2008). Entrevista a Jorge Tua Pereda. *Revista TOC*, nº 103, outubro.
- Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios – Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Teixeira, A. B. S. D. (2009). *A Contabilidade como sistema de informação nas instituições do ensino superior público em Portugal – O caso da Escola Superior de Ciências Empresariais*. Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas – Especialidade Contabilidade, Universidade Aberta, Portugal.

Tua Pereda, J. (1995), *Lecturas de Teoria e Investigacion Contable*, Centro Interamericano Jurídico-Financeiro, Medellin.

Van Tendeloo, B. & Vanstraelen, A. (2005). Earnings Management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, vol.14, nº 1, p.155-180.

Zeff, S. A. (2007). Some Obstacles to Global Financial Reporting Comparability and Convergence at a High Level of Quality. *The British Accounting Review*, vol. 39, nº 4, p.290-302.

UNCTAD (2000) – TD/B/COM.2/ISAR/9 y Corr. 1 de 20 abril. *Contabilidad de las pequeñas y medianas empresas, documento preparatório da 17.ª sessão*, julho 2000. Disponível em <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>

UNCTAD (2008) – TD/B/C.II/ISAR/50, de 21 agosto. *Accounting and Financial Reporting Guidelines for Small and Medium-sized Enterprises (SMEGA)*, Level 3 Guidance, 25ª sessão, novembro. Disponível em <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>

ANEXOS

I. Questionário

"A Qualidade da informação contabilística na perspetiva dos utilizadores: Estudo Empírico nas Melhores PME/PME Excelência da Região Alentejo"

Ex.mo(s) Sr(s),

Chamo-me Cristiana Mestre e encontro-me a elaborar o Mestrado em Gestão – especialização em Contabilidade, na Universidade de Évora. Este questionário insere-se no âmbito da investigação enquadrada na Dissertação, subordinada ao tema: "A Qualidade da informação contabilística na perspetiva dos utilizadores: Estudo Empírico nas Melhores PME/PME Excelência da Região Alentejo".

Além da utilidade para a referida Dissertação, os dados do questionário podem ser úteis para alertar as PME da necessidade cada vez maior da informação contabilística ser dotada de qualidade, de modo a ser útil no processo de tomada de decisão pois só assim é possível as PME alcançarem o sucesso e a sobrevivência no longo prazo.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente aos objetivos da referida investigação, garantindo assim a sua confidencialidade e assegurando que não serão divulgados a terceiros.

Anexo envelope selado para resposta.

O questionário demora 5 minutos a responder!

Até ao dia 15 de outubro de 2011!

A sua opinião é muito importante, colabore!
Desde já, a minha gratidão pela sua disponibilidade!

Cristiana Mestre.

Qualquer esclarecimento: c_mestre@hotmail.com

NOTA: Nas seguintes questões, assinale com X a sua escolha.

1. Características da Empresa

a) N° de empregados: - Inferior ou igual a 5

- Entre 6 e 50

- Igual ou superior a 51

b) Volume de Negócios anual (último ano disponível):

- Inferior ou igual a 500.000 euros

- Entre 500.001 euros e 3.000.000 euros

- Igual ou superior a 3.000.001 euros

2. Informação Contabilística

a) Onde é elaborada a Contabilidade: - Empresa

- Gabinete Externo

- Outro. Qual? _____

b) Grau de importância da informação contabilística para a empresa (**sendo 1- nenhum, 5- muito elevado**)

1

2

3

4

5

3. Caracterização do perfil do profissional responsável pela elaboração da contabilidade

a) O profissional da contabilidade é detentor da cédula profissional de TOC?

Sim

Não

a) **Se respondeu sim**, há quantos anos? _____

b) Quantos anos de experiência possui o profissional da contabilidade no desempenho destas funções?

1-5 6-10 11-15 16-20 21 ou mais

c) Qual a formação académica de base do profissional da contabilidade?

Possui licenciatura Não possui licenciatura

d) **Se possui licenciatura**, qual a área da mesma?

Economia

Gestão/Gestão de Empresas

Finanças

Contabilidade

Outra. Qual? _____

e) O profissional da contabilidade possui formação complementar de nível superior?

Sim Não

f) **Se respondeu sim à questão anterior**, indique qual o grau da formação suplementar de nível superior.

Pós-graduação

Curso de Especialização

Mestrado

MBA

Doutoramento

Outro. Qual? _____

g) Qual a frequência anual de ações de formação da OTOC em que o profissional da contabilidade participa? **(Se não frequenta passe para o ponto 4)**

1-3 4-6 7-9 10 ou mais

g1) Qual o(s) tipo(s) de ações de formação da OTOC em que o profissional da contabilidade participa?

Formação Eventual	<input type="checkbox"/>
Formação Permanente	<input type="checkbox"/>
Formação Segmentada	<input type="checkbox"/>
Formação à Distância	<input type="checkbox"/>
Conferências	<input type="checkbox"/>
Reunião Livre	<input type="checkbox"/>
Sessão de Esclarecimento (quando ocorrem)	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>

4. A qualidade da informação Contabilística

a) Já foram cometidos erros contabilísticos no passado, relativamente à contabilidade da empresa, que afetaram a qualidade da informação contabilística?

Muitos Alguns nenhuns

b) As obrigações fiscais já foram entregues fora do prazo?

Sim Não NS/NR

c) A informação contabilística quando solicitada pelas entidades bancárias está disponível de imediato?

Sempre	<input type="checkbox"/>
Quase sempre	<input type="checkbox"/>
Nem sempre	<input type="checkbox"/>
Nunca	<input type="checkbox"/>

d) Considera existir necessidade da informação contabilística disponibilizada pelo profissional de contabilidade ser comparável no espaço, ou seja, ser comparada com a informação contabilística de outras empresas do mesmo setor de atividade?

Sim É indiferente Não

e) Indique o grau de utilidade (**1-menos útil, 5-mais útil**) nas seguintes opções, relativamente à utilidade da informação contabilística elaborada pelo profissional da contabilidade?

Satisfazer as obrigações fiscais

Conceder acesso ao crédito bancário

Auxiliar no processo de tomada de decisão

Não tem qualquer utilidade

Outra. Qual? _____

f) Considera que a informação contabilística divulgada é compreensível a todos os seus utilizadores?

Muito Suficiente Pouco Nada

f1) Se respondeu **pouco/nada** à questão anterior, qual ou quais os motivos que dificultam a compreensão por parte dos utilizadores?

Falta de esclarecimentos por parte do profissional da contabilidade

Fraco nível de conhecimentos em contabilidade por parte dos utilizadores

Divergências ao nível da informação divulgada

Outro. Qual? _____

Muito Obrigado pela sua colaboração!

II. Coeficiente de Correlação de Spearman aplicado às características das empresas e à qualidade da informação contabilística

Relação entre a importância atribuída à informação contabilística e as características da empresa, nomeadamente o número de empregados e volume de negócios.

Correlação entre a Importância da Informação Contabilística e o Número de Empregados e o Volume de Negócios

	Correlações	Número de Empregados	Volume de Negócios
Importância da Informação Contabilística	Coeficiente Correlação	-0,015	0,093
	p (bilateral)	0,951	0,704
	N	19	19

III. Medidas Amostrais relativas aos anos do profissional a exercer a atividade de TOC

Caracterização do profissional responsável pela contabilidade – variável Cédula TOC e há quantos anos é TOC.

Medidas Amostrais		Anos_TOC
Média		16,77
95% Intervalo Confiança para a Média	Limite Inferior	11,53
	Limite Superior	22,01
Mediana		12,00
Moda		10,00; 12,00
Variância		75,192
Desvio-Padrão		8,671
Mínimo		8
Máximo		33

Medidas Amostrais relativas aos Anos como TOC

IV. Teste Exato de Fisher aplicado às variáveis Cédula TOC e Licenciatura

Este teste tem como objetivo verificar se o facto do profissional ser TOC implica que seja licenciado, ou seja, averiguar se as variáveis são ou não independentes.

Cruzamento entre Cédula TOC e Licenciatura

		Cédula TOC		Total
		Sim	Não	
Licenciatura	Sim	12	1	13
	Não	5	1	6
Total		17	2	19

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	0,351 ^a	1	0,554	1,000	0,544
Continuity Correction	0,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	0,329	1	0,566	1,000	0,544
Fisher's Exact Test				1,000	0,544
Linear-by-Linear Association	0,333	1	0,564	1,000	0,544
N of Valid Cases	19				

^a 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,63.

V. Coeficiente de Correlação de Spearman aplicado à área de licenciatura e à qualidade da informação contabilística

Relação entre a qualidade da informação contabilística e a área de licenciatura do profissional responsável pela elaboração dessa informação.

Correlação entre a qualidade da informação contabilística e a área de licenciatura

	Correlações	Área de Licenciatura
Erros Contabilísticos	Coeficiente Correlação	-0,294
	p (bilateral)	0,329
	N	13

VI. Coeficiente de Correlação de Spearman aplicado ao Setor de Atividade e à Comparabilidade com outras empresas do mesmo setor

Análise entre o Setor de Atividade das PME da região Alentejo e a necessidade de Comparabilidade com outras empresas do mesmo setor, na ótica dos gestores.

Correlação de Spearman entre o Setor de Atividade e a Comparabilidade com outras empresas do mesmo setor

	Correlações	Comparabilidade com outras empresas
Setor de atividade	Coeficiente Correlação	0,056
	p (bilateral)	0,821
	N	19

VII. Teste Exato de Fisher aplicado às hipóteses do estudo

As cinco hipóteses do estudo são testadas pelo Teste Exato de Fisher uma vez que não cumprem os pressupostos do Teste de Independência do Qui-Quadrado, de modo a decidir se se rejeita ou não a hipótese nula.

1. H1

Cruzamento entre Erros Contabilísticos e Cédula TOC

		Cédula TOC		Total
		Sim	Não	
Erros Contabilísticos	Sim	6	0	6
	Não	11	2	13
Total		17	2	19

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,032 ^a	1	0,310	1,000	0,456
Continuity Correction	0,045	1	0,832		
Likelihood Ratio	1,624	1	0,202		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	0,977	1	0,323		
N of Valid Cases	19				

^a 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 0,63.

2. H2

Cruzamento entre Erros Contabilísticos e Anos de Experiência em Contabilidade

		Anos Experiência		Total
		1-15	16 ou mais	
Erros Contabilísticos	Sim	4	2	6
	Não	7	6	13
Total		11	8	19

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	0,277 ^a	1	0,599		
Continuity Correction	0,001	1	0,979		
Likelihood Ratio	0,281	1	0,596		
Fisher's Exact Test				1,000	0,494
Linear-by-Linear Association	0,262	1	0,609		
N of Valid Cases	19				

^a 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,53.

3. H3

Cruzamento entre Erros Contabilísticos e Licenciatura

		Licenciatura		Total
		Sim	Não	
Erros Contabilísticos	Sim	5	1	6
	Não	8	5	13
Total		13	6	19

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	0,903 ^a	1	0,342		
Continuity Correction	0,176	1	0,675		
Likelihood Ratio	0,969	1	0,325		
Fisher's Exact Test				0,605	0,348
Linear-by-Linear Association	0,855	1	0,355		
N of Valid Cases	19				

^a 3 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,89.

4. H4

Cruzamento entre Erros Contabilísticos e Formação Complementar de nível superior

		Formação Complementar		Total
		Sim	Não	
Erros Contabilísticos	Sim	0	5	5
	Não	5	3	8
Total		5	8	13

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	5,078 ^a	1	0,024	0,075	0,044
Continuity Correction	2,781	1	0,095		
Likelihood Ratio	6,738	1	0,009		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,688	1	0,030		
N of Valid Cases	13				

^a 4 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,92.

5. H5

Cruzamento entre Erros Contabilísticos e Frequência de Formações OTOC

		Frequência Formações OTOC		Total
		1-6	7 ou mais	
Erros Contabilísticos	Sim	3	1	4
	Não	6	4	10
Total		9	5	14

Teste Exato de Fisher

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	0,280 ^a	1	0,597		
Continuity Correction	0,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	0,290	1	0,590		
Fisher's Exact Test				1,000	0,545
Linear-by-Linear Association	0,260	1	0,610		
N of Valid Cases	14				

^a 3 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,43.